

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

PPD-PSD 30 anos



a servir Portugal

Intervenção sobre a Lei Quadro para os Museus Portugueses

Deputada Isilda Pegado

Assembleia da República, 6 de Maio de 2004



(...)

O museu é local de confronto do homem com a história de um povo. É o local de memórias desse povo.

Do mais rico e erudito Museu

Nacional, ao mais modesto museu municipal ou privado, é este o desafio que se impõe.

Basta visitar um simples **museu de olaria** (permitem o bairrismo) para passar por nós, um filme, que dita uma pertença, uma inclusão e um apreço que é fonte de cultura e de identidade.

(...)

... **Lei Quadro** como o modelo de orientação política, no que tange ao património museológico, para o futuro, e não é um regulamento de funcionamento.

Colhendo embora a experiência dos últimos anos, em que de facto o impulso dado à realidade do museu, sua dinamização, abertura e vida, vem agora a Lei Quadro plasmar em si essa experiência. **Mas vai mais longe**, pois cria uma distinção de conceitos, clareza de princípios, autonomia e valorizações, capaz de criar **sinergias novas** e de valor cultural determinante.

(...)

... importa ressaltar 4 vectores que, conduzem todo o diploma:

1º - Uma política de **Subsidiariedade** – Reconhece-se à realidade organizada, museu público, privado ou outro, a capacidade para definir orientações, modelos e formas de actuar.

Se intervenção estatal encontramos, limita-se, ao estrito cumprimento das exigências de interesse público como sejam o rigor científico, a segurança e a transparência.

O Museu é agora um **corpo social intermédio**,

obediente à realidade que o determinou, o gerou, e por isso um serviço próximo dessa realidade.

2º - A valorização de privados, com estímulos concretos à participação pública de entes privados sejam eles laicos ou de natureza sacra. Com a distinção clara do papel da entidade Tutelar e, a consequente autonomia museológica.

3º - O princípio da **Liberdade Cultural**.

Não é o Estado ou o pensamento dominante quem dita a natureza cultural do objecto proposto. Há uma iniciativa valorizada, testada por critérios transparentes, que reconhece no objecto proposto a valia de uma memória, de uma história.

Por fim

4º - O respeito pelo **direito de propriedade e de posse dos bens** culturais agora garantido.

Com regras de identificação através de **Inventários**, instrumento de grande utilidade, mas simultaneamente com a consignação expressa de que o facto de estar incluído no Inventário não modifica a sua propriedade ou posse. O Art. 24º da Proposta entre outros artigos, vem consignar esta Garantia.

(...)

Estamos de facto perante uma lei que plasma bem o conceito de **Estado Garantia**. Agora na Área da Cultura. Um Estado que se apresenta como defensor do Bem-Comum. A existência de bens, que o Estado identifica com interesse cultural, que promove e defende. Porém, deixa à iniciativa da sociedade a apresentação de tal património, a gestão desse património. Reconhece e valoriza a actividade dos corpos sociais que assumem tarefas museológicas, sejam eles as autarquias locais, associações culturais, desportivas, do teatro do audiovisual ou simples privados.

Um Estado que confia em primeiro lugar no papel da realidade do museu assim se impõe ao legislador. Por isso, cada museu terá o procedimento que melhor entender para conservação, catalogação, organização de horários ou outros itens como melhor entender, e sirva a realidade.

(...)



Intervenção sobre a Petição nº 179/VII/4ª

Deputado Bruno Vitorino
Assembleia da República,
5 de Maio de 2004



(...)

Aproveito para saudar todos os cidadãos residentes na Freguesia do Vale da Amoreira.

(...)

Solicitemos aos peticionários que a Freguesia fosse dotada de instalações de uma força de segurança, garantindo assim, com eficácia, a segurança dos cidadãos e dos seus bens.

Justificaram a sua pretensão pela responsabilidade do Estado em garantir a segurança dos cidadãos, algo que, afirmam não estava a acontecer, verificando-se, na sua opinião a falta de policiamento efectivo e o aumento da insegurança colectiva.

(...)

Contudo, nos dias de hoje, a situação, ainda longe de ser a ideal, está de facto, bastante diferente, para melhor.

Em apenas 2 anos, com a ajuda de algumas autarquias e com o forte empenho da Senhora Governadora Civil de Setúbal, muito fez o actual governo pelas forças de segurança do distrito.

Foi já inaugurado, em Maio do ano passado, o quartel do Posto Territorial de Santo António do Charneca, que se localiza a apenas 2 km do Vale da Amoreira.

O Posto da Baixa da Banheira, que entretanto sofreu obras de melhoramento e de modernização, dando aos profissionais da GNR dignas condições de trabalho bem como aos cidadãos que a ela recorrem, ficou somente com a responsabilidade de policiamento das Freguesias de Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira.

O Numero de efectivos, apesar de poder ser aumentado é, agora, considerado suficiente, para uma área geográfica de 5 km² e uma população total de 36 mil habitantes.

Os números indicam, felizmente, um decréscimo, embora ligeiro, da criminalidade na referida freguesia.

(...)

Contudo, nesta freguesia, com as suas especificidades, justifica-se ainda mais apostar no combate às causas da criminalidade.

Aos agentes e chefias da GNR, que daqui felicitamos pela sua coragem, pelo seu trabalho e dedicação, é cada vez mais pedido um controlo efectivo dos actos ilícitos, mas também se pede uma atitude solidária.

(...)

Observatório

Portugal: razões para sermos positivos

Não devemos arrepiar caminho e mudar de estratégia – seria fatal. O caminho que estamos a percorrer não só é o correcto como é o único que nos permitirá sair da actual situação.

Miguel Frasquilho,
Diário Económico, 05/05/04

Diferença de comportamentos a registar

O Tribunal de Contas só interessa quando recusa o visto? E já não importa conhecer o visto quando o mesmo TC diz que foi tudo feito conforme a lei?

Pedro Santana Lopes,
Diário de Notícias, 06/05/04

Os novos mosqueteiros

Há tanto que depende apenas de cada um, mas, sinais do tempo, onde a história dos mosqueteiros já significou solidariedade (“um por todos e todos por um”) hoje, aposto que significa muito mais que uma cadeia de supermercados.

Gonçalo Capitão,
A Capital, 05/05/04

PPD/PSD 30 Anos

Os ciclos políticos em Portugal revelam que sempre que é necessário recuperar o país de crises ou de dificuldades essa tarefa tem cabido ao PPD/PSD e aos seus Governos.

Guilherme Silva,
A Capital, 07/05/04



Intervenção sobre Economia e Finanças Públicas

Deputado Miguel Frasquilho

Assembleia da República, 6 de Maio de 2004

(...)

Recentemente, a Comissão Europeia, uma entidade que, seguramente, não pode ser acusada de ser partidariamente enviesada, disponibilizou o estudo “The Portuguese Economy after the Boom”, onde é feito um diagnóstico correcto do momento que a nossa economia atravessa e onde, sem papas na língua, são apontados os erros cometidos durante a fase de adesão à Zona Euro, e que estão na origem dos problemas que hoje enfrentamos.

Também o Banco de Portugal já em diversas ocasiões se referiu ao período entre 1996 e 2000 como uma oportunidade de ouro ingloriamente desperdiçada. Recentemente, foi mesmo o Governador Vítor Constâncio, que apontou o Portugal daquele período como exemplo a não seguir em termos de política económica pelos novos países da União Europeia, quando decidirem integrar a Zona Euro.

Ora, entre o final de 1995 e o final de 1999, a nossa política económica foi conduzida pelo Prof. Sousa Franco, Ministro das Finanças de então e que, portanto, com o Primeiro-Ministro António Guterres, é o principal responsável por esta oportunidade perdida.

Surpreendentemente, no final de Fevereiro último, o Partido Socialista escolheu o Prof. Sousa Franco para cabeça-de-lista às próximas eleições ao Parlamento Europeu.

Esta opção demonstra os equívocos em que tem vivido o principal partido da oposição, que ainda não percebeu os graves danos que causou ao país durante o período de adesão ao euro.

Mas pior: temos assistido, agora, da parte de Sousa Franco, a declarações verdadeiramente surpreendentes, auto-elogiosas a roçar o ridículo e totalmente desfasadas da realidade.

Vejamos porque, com factos claros, simples e objectivos.

Foi em 1996 que começaram a ser sentidos os efeitos da decisão de aderir



ao euro e, em particular, a forte descida das taxas de juro, o que fez literalmente explodir o crédito a particulares e empresas, levando a que o país se tivesse tornado num dos mais endividados da Europa. Ora, quando há dívidas para pagar, menos recursos ficam disponíveis para consumir e investir, porque os orçamentos das famílias e das empresas, não esticam – pelo que foi sem surpresa que o abrandamento chegou, ainda em 2000.

Mas o pior foi que o Ministro das Finanças de então ignorou esta tendência para o endividamento dos agentes privados e não a soube contrariar pela acção do Estado.

Infelizmente, e como o estudo da CE refere inequivocamente, não só o período de Sousa Franco se caracterizou por uma grande inacção estrutural como, ao contrário do que aconteceu em Espanha e na generalidade dos países europeus, se desbaratou, com um despesismo desenfreado, a folga proporcionada pela queda das taxas de juro e a subida das receitas fiscais em redor de 10% ao ano.

Se Sousa Franco não tivesse permitido um verdadeiro “fartar vilanagem” na despesa pública, teria sido possível chegar a 2001 numa situação de equilíbrio orçamental. Ao contrário,

chegámos a um défice público de 4.4% do PIB, em consequência do efeito “bola-de-neve” dos anos anteriores.

Mas ainda há mais: todos os países da União Europeia, em maior ou menor grau, iniciaram, a partir de 1996, uma optimização dos efectivos da função pública e da respectiva carga salarial.

Ao contrário, como refere o estudo da CE, entre 1996 e 2000, foram contratados em Portugal mais de 110 mil funcionários públicos (mais de 22 mil por ano!), e o emprego no sector público cresceu mais do dobro do que na economia privada. Assim, é sem dúvida fácil fazer baixar o desemprego – mas o problema é que se trata de uma evolução não sustentável, como se provou.

E de acordo com o estudo da CE, se a despesa pública portuguesa tivesse crescido entre 1998 e 2002 ao ritmo médio da Zona Euro, os efeitos seriam claramente benéficos, até 2005, nos mais variados domínios da economia: maior crescimento do PIB, menor desemprego e maior emprego, mais baixa inflação, maiores exportações, maior produtividade e um bem menor défice público, por exemplo.

É curioso não termos ouvido ainda, nem da parte do PS, nem do seu cabeça-de-lista às eleições europeias, uma única palavra sobre este estudo da CE. Aplicar-se-á o ditado “quem cala consente” ou será que face a este estudo, continuarão Sousa Franco e o PS a ter o desplante de negar a sua responsabilidade nos problemas actuais da economia portuguesa?

Como explicará Sousa Franco que os défices públicos do seu consulado à frente das Finanças tenham sido revistos em alta, em quase 3 milhões e 200 mil euros ou, se quisermos, em mais de 3.3% do PIB?

É que é preciso ter consciência de que com estes valores do défice público, Portugal não teria entrado no euro logo em 1999! Será isto rigor e transparência? Será isto consolidação orçamental? Será este o período da economia portuguesa em que o défice mais desceu, como

apregoa, de forma pouco consciente o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias? Não, não é!

E por isso é extraordinário que Sousa Franco continue a negar todas as evidências, persistindo no auto-elogio, ao mesmo tempo que critica as políticas de ajustamento do actual Governo.

Qualquer economista que se preze sabe que, perante o sucedido entre 1996 e 2000, uma recessão como a que tivemos em 2003 seria inevitável. Não o admitir é ser pouco sério e pouco honesto, pois em economia, os efeitos das decisões que se tomam são sentidos com um atraso que pode levar alguns anos.

Teria, pois, que haver um período de ajustamento que seria difícil. Ainda bem que o actual Governo o enfrentou com coragem e firmeza, pois só assim as melhorias serão sentidas e já não faltará muito tempo para que tal aconteça.

(...)

É chegada a hora de os portugueses relembrares, de forma muito clara e sem equívocos, a quem devem ser assacadas responsabilidades pela recessão, pelo aumento do desemprego e pela diminuição do nível de vida e de bem-estar da população. É claro que é aos Governos de António Guterres e, em particular, àquele em que o Ministro das Finanças foi Sousa Franco – cuja acção deve ser desmistificada de uma vez por todas, porque os erros clamorosos que cometeu estão a sair muito caros ao país.

E não nos parece que quem cometeu tais levandades no passado, das quais ainda nem sequer se dá conta, tenha agora credibilidade para defender os interesses do país no Parlamento Europeu: não o soube fazer enquanto Ministro das Finanças, não o saberá, certamente, fazer enquanto euro-deputado.

Mas o que é espantoso é que o PS não o tenha compreendido. A população portuguesa, como demonstrará no próximo dia 13 de Junho, já o compreendeu e não deixará de fazer justiça.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 12 de Maio de 2004-15:00h

Nova apreciação do Decreto-Lei da Assembleia da República nº 157/IX (Aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública)

Proposta de Lei nº 121/IX (GOV) (Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico das armas e suas munições)

Quinta-Feira, dia 13 de Maio de 2004-15:00h

Projecto de Lei nº 416/IX (PS)
Projecto de Lei nº/IX (PSD)
(Terceira alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental))

Discussão conjunta:

Proposta de Resolução nº 60/IX (GOV) (Aprova, para ratificação, a convenção entre Portugal e a República Eslovaca, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento)

Proposta de Resolução nº 61/IX (GOV) (Aprova a convenção entre Portugal e a Eslovénia, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o património e seu protocolo adicional)

Proposta de Resolução nº 62/IX (GOV) (Aprova a Convenção entre Portugal e a Estónia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o protocolo adicional a ela anexo)

VOTAÇÕES

Intervenção sobre a venda de empresas a entidades estrangeiras

Deputado António Almeida Henriques
Assembleia da República, 5 de Maio de 2004



(...)
Todos temos preocupações quanto ao **encerramento de empresas e o desemprego que provoca**, todos estamos preocupados com as deslocalizações ou com a passagem de centros de decisão para o estrangeiro !

(...)
Este mundo em evolução confronta-nos com as constantes fusões de empresas que levaram à criação de mega empresas, que ocupam o mercado, dominando as estruturas de produção, os canais de distribuição, os mercados!

Vive-se num mundo com uma economia aberta e altamente exposta, compra-se onde se produz mais barato, produz-se onde é mais vantajoso, investe-se onde se consegue mais retorno, trabalha-se onde existem oportunidades compatíveis.

Para responder a estes desafios, Portugal não pode reagir de forma defensiva,

antes sim numa forma ofensiva !

A globalização, a que não se pode fugir com ilusões ou passes de mágica, implica maior competitividade do País o que implica maior competitividade das empresas.

Quem não perceber estas novas realidades não vive num mundo moderno, está desfasado no tempo.

(...)
Estamos numa viragem de ciclo, onde a aposta na mão de obra barata já não é mais possível, deixou de ser a partir do momento que aderimos ao Euro;

Onde se torna necessário **subir na cadeia de valor e olhar para novos mercados, apostando nas exportações** (temos que nos situar acima da média da EU), **aumentar a produtividade** (quer pública, quer privada), apostar na inovação.

Muitas empresas e empresários o estão a fazer, podia citar centenas de empresas que já perceberam e estão a fazer a mudança de agulhas, pela positiva, que só pedem ao Governo que acabe com os constrangimentos, pois o resto sabem fazer !

(...)

Intervenção sobre a Petição n.º 333/VI/4ª

Deputado Francisco José Martins
Assembleia da República, 5 de Maio de 2004



(...)

Tomando como referência a **lei fundamental**, é sabido que **todos têm direito à liberdade e à segurança**.

Mais, uma sociedade livre e democrática pressupõe a realização de uma política de segurança que assegure o exercício pleno da cidadania, onde o sistema de justiça deve ser o sustentáculo dos direitos de cidadania.

(...)

...importa realçar que há mais de um ano que se vem promovendo nesta Assembleia um amplo debate em matéria criminal, visando a reforma das leis penal e processual penal, o que permitirá uma reflexão sobre as medidas normativas sugeridas na Petição.

(...)

O **Partido Social Democrata considera** e está ciente de que a **reforma das leis penal e processual penal em curso**, bem como a **reorganização das forças de segurança** que o Governo está a realizar, **com a aposta na formação, melhoria das condições de trabalho e dos sistemas de informação e comunicação**, com a consequente **disponibilidade de mais efectivos em acções de segurança dos cidadãos na via pública**, são a melhor resposta que podemos dar às pretensões dos peticionantes.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministro da Presidência

Sobre a integração das emissões "contacto" sobre comunidades portuguesas na grelha de programas da RTP
Dep.(a) Manuela Aguiar

Requerimento ao Ministério da Agricultura, desenvolvimento Rural e Pescas

Sobre a operação " Presença Solidária"
Dep(s) Ana Manso; Fernando Lopes

O PSD propõe

Projecto de Lei N.º 440/IX

3ª Alteração à Lei N.º 91/2001, de 20 de Agosto
(Lei de enquadramento Orçamental)

O presente projecto de lei tem dois objectivos principais.

O primeiro consiste na alteração da lei de enquadramento do Orçamento do Estado, de forma a melhorar a programação orçamental e enriquecer o debate de orientação da política orçamental na Assembleia da República, incrementando a sua transparência e o grau de responsabilização das forças políticas com assento parlamentar.

O segundo traduz-se em consagrar-se pela primeira vez as normas legais sobre a apresentação, discussão e votação da proposta de lei das grandes opções do plano, previstas no n.º 2 do Art.º 91 da Constituição, que dão corpo a esta norma constitucional.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 6, realizada como habitualmente na Presidência do Conselho aprovou 14 diplomas, dos quais três projectos de Lei, três Decretos-Lei, um Decreto Regulamentar e sete Resoluções.

Das Resoluções, quatro referem-se a nomeações para cargos e são as seguintes: Nomeação do licenciado José António da Silveira Godinho para o cargo de **Administrador do Banco de Portugal**.

Nomeação do licenciado Orlando Pinguinha Caliço para o cargo de **Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Crédito Público**.

Nomeação, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças, do eng. Manuel Corrêa de Barros de Lancastre, **responsável pela Missão de Acompanhamento da Reforma da Administração Pública**.

nomeia o conselho de administração do Instituto Português da Qualidade.

Nomeação, como presidente do conselho de **administração do Instituto Português da Qualidade (IPQ)**, do eng. Jorge Manuel Diogo Marques dos Santos, e como vogais, o eng. Manuel José Ferreira Duarte Figueira e a dr.^a Maria Teresa Quintela Pinto Bessa Pereira de Moura.

Alteração do Plano Director Municipal de Loulé e da delimitação da Reserva Ecológica Nacional

Por Resolução do Conselho, é ratificada parcialmente a alteração do Plano Director Municipal de Loulé e aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional.

A alteração ao Plano Director Municipal de Loulé visa proceder a acertos de cartografia, determinados por omissões de situações aprovadas antes da entrada em vigor do Plano, corrigir incorrecções na transposição de escalas, na definição de limites físicos identificáveis no terreno, discrepâncias entre plantas e erros materiais nas disposições regulamentares ou na representação cartográfica, introduzir alterações devidas à entrada em vigor de novos planos municipais de ordenamento do território e proceder à alteração da estrutura formal do regulamento atendendo à entrada em vigor da legislação recente.

Entretanto, a presente alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para a área do município de Loulé, enquadra-se no processo de alteração do referido instrumento de planeamento territorial.

Direito de associação profissional dos militares da Guarda Nacional Republicana

Uma Proposta de Lei estabelece e regula os princípios e bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da Guarda Nacional Republicana.

Com a aprovação da presente proposta de lei, pretende-se estabelecer e regular os princípios e bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da GNR.

Na definição do conteúdo do direito de associação por parte dos militares da GNR atendeu-se às especificidades inerentes a esta força de segurança,

designadamente à sua natureza militar.

Consagra-se a possibilidade das associações legalmente constituídas integrarem conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica.

Estabelece-se, ainda, que o exercício das actividades associativas não pode em caso algum e por qualquer forma, prejudicar o normal cumprimento das missões, a permanente disponibilidade para o serviço, nem a coesão e disciplina da GNR. – **Fonte: Portal do Governo**

Situação de militares na reserva ou reforma

Resolução do Conselho de Ministros prorroga por um ano o prazo de funcionamento da Comissão de Apreciação para a revisão da situação de militares na reserva ou reforma a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 43/99, de 11 de Junho.

Não tendo sido possível, até à data inicialmente prevista (03 de Outubro de 2003), concluir a apreciação da totalidade dos requerimentos entregues, e atendendo ao elevado número de respostas no âmbito do processo de audiência dos interessados prevista no Código do Procedimento Administrativo, torna-se necessário dilatar o prazo de funcionamento da Comissão de Apreciação.

A presente Resolução prorroga, por um ano, o prazo de funcionamento da Comissão a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 43/99, com efeitos a partir do termo da última prorrogação, e prevê, caso a Comissão conclua o seu trabalho em prazo inferior, a extinção imediata da mesma.

Transmissão do património do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Resolução do Conselho aprova a metodologia e os critérios para a selecção das entidades a quem, nos termos artigo 5.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, poderá ser transmitido o património do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

Prosseguindo os objectivos da nova Política da Habitação, que assenta no pressuposto de um racional aproveitamento do parque habitacional do país, e com o objectivo de unificar e agilizar o processo de transferência do património do IGAPHE para outras entidades, o artigo 5.º da Lei do Orçamento do Estado para 2004 consagrou a possibilidade de o IGAPHE, sem exigir qualquer contrapartida, transferir o património aí referido para os municípios, para as empresas de capital maioritariamente municipal, para as instituições particulares de solidariedade social e para as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, desde que prossigam fins assistenciais e demonstrem deter capacidade para o gerir.

Constata-se, na presente data, existir ainda um património significativo por transferir, designadamente o situado em municípios que, nuns casos, já expressamente declararam a não aceitação e, noutros, fizeram depender a aceitação de exigências e condições não previstas na lei e que, por esse facto, não foram consideradas aceitáveis.

Revisão do Código da Estrada

Uma Proposta de Lei autoriza o Governo a proceder à revisão do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio.

A Proposta de Lei hoje aprovada visa autorizar o Governo a legislar sobre o Código da Estrada, de forma a contemplar as medidas preconizadas no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, designadamente, ao nível da segurança no transporte de crianças, da maior protecção jurídica dos peões e do agravamento das sanções para as infracções que mais contribuem para a sinistralidade - nomeadamente a velocidade, o álcool e o desrespeito pelos peões.

Por outro lado, em virtude de se verificar que a aplicação das normas processuais do regime geral das contra-ordenações a infracções cometidas em massa, como são as infracções rodoviárias, permite o prolongamento excessivo dos processos, com a consequente perda do efeito dissuasor das sanções, introduzem-se normas processuais especiais, visando maior celeridade na aplicação efectiva das sanções, de forma a reduzir significativamente o tempo que decorre entre a prática da infracção e a aplicação da sanção.

Liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras

Outra Proposta de Lei autoriza o Governo a legislar sobre a liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras.

Através do presente diploma, o Governo pretende obter autorização

Conselho de Ministros

da Assembleia da República para legislar em matéria de liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras a fim de, em articulação com a transposição para o direito interno da Directiva 2001/24/CE do Parlamento e do Conselho, relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito, reformular o regime da liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras que remonta a 1940.

Instituiu-se como regra fundamental que o saneamento e a liquidação das instituições de crédito, incluindo as respectivas sucursais, sejam regulados pela lei do Estado-Membro em que tenham sido autorizadas.

De entre as outras normas, cabe destacar a que constitui as autoridades nacionais de supervisão na obrigação de comunicar às entidades homólogas de outros Estados-Membros a adopção de medidas de saneamento e a decisão de instaurar processos de liquidação. Consagra-se também o reconhecimento, no Estado-Membro de acolhimento, das decisões tomadas pelas autoridades dos Estados-Membros de origem.

Protecção ao sobreiro e à azinheira

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, que estabelece as medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira.

Ao aprovar alterações ao Decreto-Lei 169/2001, o Governo visa colmatar algumas incorrecções detectadas ao longo de 2 anos de vigência do diploma em questão, designadamente no que se refere à definição de povoamento de sobreiro, azinheira ou misto, agora complementada com a introdução do parâmetro área mínima, de acordo com o conceito de povoamento definido pela FAO.

Por outro lado, são também adoptadas medidas adequadas à minimização dos prejuízos causados pelos incêndios florestais, permitindo a extracção da cortiça queimada, com qualquer idade, a fim de se restabelecer, tão breve quanto possível, a capacidade de produção de cortiça industrialmente interessante.

Protecção da Floresta contra Incêndios

Também por Decreto-Lei são estabelecidas as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios.

Este Decreto-Lei define um novo quadro orientador das medidas e acções a desenvolver no âmbito do sistema nacional de prevenção e protecção da floresta contra incêndios, envolvendo as entidades públicas e privadas com competências e interesses na defesa eficaz do património

florestal nacional.

A concretização destes objectivos passa pela actualização das medidas preventivas existentes, introduzindo novas preocupações ligadas à preservação da floresta, delimitando uma nova cartografia quantitativa da probabilidade de incêndio florestal em Portugal continental, estabelecendo normativos para a circulação nas áreas florestais, definindo um quadro jurídico para a expropriação de terrenos necessários às infra-estruturas florestais, consagrando formas de intervenção substitutiva do Estado face aos proprietários e produtores florestais, determinando regras para o uso do fogo e reflectindo preocupações relativas à quantidade de carga combustível nas áreas florestais, enquanto potenciadoras da deflagração e progressão de incêndios florestais.

Finalmente, por Decreto-Lei é revogado o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2001, de 26 de Outubro.

Participações Individuais na Formação” no âmbito do PRIME

Um Decreto Regulamentar define as condições associadas à modalidade de acesso “Participações Individuais na Formação” no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia - PRIME.

Tendo em conta a revisão do Programa Operacional da Economia (POE) e a criação do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), bem como a experiência adquirida na execução do POE, que demonstra a necessidade de dinamizar a componente do Fundo Social Europeu (FSE) do Programa e de estimular o aumento da procura desta componente pelos agentes económicos, importa flexibilizar, para o caso específico do PRIME, as modalidades de acesso aos apoios a que se refere o presente diploma.

Assim, considera-se necessário consagrar, em moldes próprios, as “participações individuais na formação”, apenas para o caso do PRIME, em termos que não se compatibilizam com o, até agora, previsto na lei.

Nessa medida, justifica-se a emanação de uma norma derogatória à aplicação do artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, para que, simultaneamente, possam ser consagradas as especificidades relativamente à caracterização das “participações individuais na formação” para aquele Programa.

– Fonte: Portal do Governo

Privatização da GALP-Energia

Nomeado o Conselho de Avaliação dos quatro consórcios concorrentes

Eduardo Catroga, João Morais Leitão e José Luís Sapateiro são as três personalidades que vão integrar o “conselho de sábios” que vai fazer a avaliação dos quatro consórcios que apresentaram propostas no actual processo de privatização da Galpenergia. Este grupo deverá entregar, até ao final deste mês, uma recomendação ao Governo sobre o consórcio mais bem posicionado.

“Rodeamos este processo de todos os cuidados porque, não se tratando de uma privatização em sentido técnico, é todavia, um momento decisivo para a história da Galpenergia, pois está a ser decidido o seu futuro e um accionista estratégico de uma empresa que é importante para a economia nacional”, sublinhou o ministro da Economia, Carlos Tavares, à margem da apresentação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Douro, que ontem decorreu no Alto Douro vinhateiro.

Foi com este objectivo de rigor que o Governo decidiu “pedir a um comité de personalidades de indiscutível competência, idoneidade e independência que até ao fim de Maio faça uma recomendação ao Governo sobre qual das propostas candidatas à aquisição da posição do accionista italiano Eni serve melhor os interesses da Galp e do país”, disse Carlos Tavares.

Segundo o Ministro, o parecer deste grupo, que já aceitou prestar o serviço, irá juntar-se às análises técnicas que estão a ser efectuadas pelos consultores financeiros e jurídicos do Governo. Ainda de acordo com Carlos Tavares, após o parecer destas entidades, o Governo terá liberdade de decidir, “mas a probabilidade de a recomendação ser seguida é muitíssimo grande”, sublinhou.

Durante a mesma cerimónia, Carlos Tavares e o primeiro-ministro, Durão Barroso, mostraram “grande preocupação” pelo aumento do preço do petróleo nos mercados mundiais, não escondendo o receio de que esta subida possa afectar a retoma económica. “Se a subida de preços do petróleo se mantiver, as contas da economia mundial começam a ficar baralhadas”, frisou Carlos Tavares.

Durão Barroso prometeu que o executivo seguirá com “toda a atenção o problema”, mas, sublinhou, “o preço do petróleo não está nas mãos do Governo português”. Concluindo, lamentou: “Obviamente, temos de aceitar isso. São as leis do mercado. Não há nada a fazer. O preço do petróleo nos mercados internacionais alcançou o maior valor dos últimos anos, está a ultrapassar todas as previsões e a rebentar todos os recordes – Fonte: DN, Lusa



Notícias dos Açores

Em visita de trabalho a S. Miguel Victor Cruz salienta a dinâmica de vitória da «Coligação Açores»

O líder da “Coligação Açores” às próximas eleições legislativas regionais, afirmou na freguesia de Furnas, que dispõe de “indicadores seguros” que garantem que “PSD mais PP dá menos PS”.

Victor Cruz falava no primeiro encontro formal dos dirigentes dos partidos coligados, na Ilha de S. Miguel, que reuniu meia centena de responsáveis das diferentes estruturas concelhias de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste.

O candidato a Presidente do Governo Regional considerou que a “Coligação Açores” corporiza “um movimento açoriano com uma dinâmica de vitória que sentimos todos os dias nos contactos de rua, muito para além do eleitorado tradicional dos dois partidos”. Victor Cruz manifestou a sua “profunda



convicção na capacidade ganhadora desta união de esforços em prol da mudança que interessa a todos os açorianos”.

“Quando vemos o presidente do PS, ou alguém por ele, a criticar todos os dias a coligação, provamos cada vez mais que estamos com a estratégia certa para ganhar as próximas eleições regionais”, concluiu o líder social democrata. Na sua opinião, a “Coligação Açores” evidencia o “sentido cultural” de abrir os dois partidos à sociedade açoriana, assumindo assim “uma nova cultura política para um tempo diferente no processo de desenvolvimento regional”.

Na reunião conjunta dos dirigentes de ilha e concelhios da coligação Victor Cruz salientou a “confiança mútua” que se verifica entre os dois partidos na definição de uma estratégia comum. A “Coligação Açores” oferece aos açorianos uma solução diferente, porque “não é mais do mesmo nem o regresso dos que já foram, mas sim a afirmação de um projecto novo para a Região”, disse.

Victor Cruz fez questão de sublinhar o “projecto coerente de referências comuns que envolve os eleitores dos dois partidos”, acrescentando que “os valores da Social-Democracia e da Democracia Cristã são os valores predominantes da sociedade açoriana”. No fundo, acrescentou, “a coligação tem um sentido político de conjugação de esforços para multiplicar apoios numa caminhada comum”.

A delegação social-democrata no encontro das Furnas incluiu cerca de 25 dirigentes regionais, de ilha e concelhias, como Mário Belo Maciel, José Manuel Bolieiro, Francisco Alvares, Rui Melo, Humberto Melo, Luís Maurício Santos, Jorge Macedo, José Andrade, Fátima Costa Dias, Gaspar da Silva, Vera Moniz, Rui Meneses, António Eduardo Furtado, Rogério Frias, Filomeno Gouveia, Francisco Xavier, João Furtado, Márcia Rodrigues, Francisco Guedes, Fátima Moreira, Pedro Faria e Castro, Carlos Pinto Lopes e Rui Monteiro.

Agricultura e Pescas na visita de Victor Cruz a Água de Pau

A melhoria do rendimento dos agricultores açorianos e a recuperação das 200 milhas para actividade exclusiva dos pescadores dos Açores foram

defendidas por Victor Cruz em mais uma visita de trabalho, desta vez a Água de Pau.

Nesta importante localidade agrícola e piscatória do concelho da Lagoa, o candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional dedicou uma especial atenção aos sectores primários da economia açoriana.

Victor Cruz defendeu a necessidade de “continuar a lutar” pela recuperação das 200 milhas de pesca nos mares açorianos e manifestou-se disponível para avançar com este processo quando for Presidente do Governo Regional. O candidato pretende “envolver a comunidade científica para demonstrar à União Europeia que nós temos razão”, aproveitando para criticar a “deficiente actuação” do governo socialista na defesa dos interesses dos Açores.

“Não se consegue ter sucesso nas negociações comunitárias trabalhando apenas de véspera como faz o governo do PS”, considerou o líder social-democrata, que preconiza uma concertação de esforços entre todas as entidades, incluindo o próximo Governo Regional e o actual Governo da República, para “fazer valer os nossos interesses junto de Bruxelas”.

Numa freguesia com quase duas centenas de pescadores, Victor Cruz fez questão de se deslocar ao porto de pesca da Caloura para ouvir os “homens do mar” sobre a situação actual e perspectivas futuras deste “sector importante da economia açoriana”. A necessidade de intensificar o esforço de modernização da frota pesqueira foi defendida pelo líder da coligação PSD/CDS-PP, que se manifestou “muito interessado” na melhoria das condições de operacionalidade do porto local.

Noutro momento da sua visita a Água de Pau, Victor Cruz dedicou especial atenção ao “problema grave” da diminuição dos rendimentos dos agricultores açorianos. Na sua opinião, “uma verdadeira política de agricultura deve aumentar, e não reduzir como agora acontece, o rendimento dos trabalhadores agrícolas”. “A situação actual demonstra que os governos socialistas não conseguiram agir em benefício dos nossos agricultores”, concluiu.

O líder da “Coligação Açores” não esqueceu o problema da quota leiteira para afirmar que o actual governo “podia e devia ter conseguido um aumento de quota em 2000, quando era mais fácil negociar”. A beneficiação dos caminhos agrícolas e a modernização das explorações, com electrificação e abastecimento de água à lavoura, foram outros compromissos reafirmados



pelo candidato a Presidente do Governo Regional. “O Turismo é muito importante mas não é incompatível com a Agricultura, porque os nossos agricultores são amigos do Ambiente”, disse.

Funcionários impedidos de falar

Agricultores, pescadores, empresários do comércio e indústria e dirigentes do clube desportivo e da banda filarmónica foram alguns dos participantes num almoço de confraternização com as “forças vivas” da freguesia que

Notícias dos Açores (Conclusão)

Agricultura e pescas em Água de Pau e colaboração com os municípios destacadas na visita a Povoação

assinalou o início da visita de Victor Cruz a Água de Pau. O líder da coligação PSD/CDS-PP visitou a escola do primeiro ciclo do ensino básico e o convívio de idosos da Casa do Povo, bem como o posto de saúde local.

Na Unidade de Saúde de Água de Pau, Victor Cruz foi confrontado com as queixas dos utentes e com a “lei da rolha” imposta aos respectivos funcionários, que alegaram ter sido impedidos pelo conselho de administração do Centro de Saúde de Ponta Delgada de prestar quaisquer informações. Em contacto directo com a população local, o candidato apercebeu-se, contudo, do mal-estar actualmente existente sobre a prestação dos cuidados de saúde em Água de Pau.

Um único médico desloca-se apenas duas vezes por semana para duas horas de atendimento público na Unidade de Saúde e, mesmo assim, “falta com alguma frequência, originando longas listas de espera”. Diversos idosos transmitiram a Victor Cruz a sua preocupação pela situação actual que “não consegue assegurar uma resposta adequada às necessidades de saúde existentes na freguesia”.

No final da sua visita a Água de Pau, Victor Cruz manifestou-se “muito satisfeito com o excelente acolhimento” da população local nos contactos de rua que estabeleceu. O líder da “Coligação Açores” fez-se acompanhar de diversos dirigentes regionais e locais dos partidos coligados, como José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, Paulo Gusmão e Nuno Marques Paz, além dos responsáveis das estruturas concelhias.

“Coligação Açores” preparada para colaborar com Povoação

Habituação, Agricultura, Protecção Civil, Educação e Acessibilidade, são as principais apostas estratégicas do futuro Governo da “Coligação Açores”



para o desenvolvimento do concelho da Povoação nos próximos anos. O anúncio foi feito pelo candidato da coligação a Presidente do Governo Regional, Victor Cruz, numa sessão com mais de uma centena de militantes e simpatizantes social-democratas que assinalou, na vila da Povoação, o encerramento da sua visita de dois dias ao concelho.

O líder social-democrata manifestou a sua “total disponibilidade” para colaborar, no próximo Governo Regional, com todas as Câmaras Municipais dos Açores, e neste caso, com o

Município da Povoação, que “tem sido tão discriminado pela actual governação socialista”.

Francisco Álvares, o presidente da autarquia povoacense, testemunhou, pela sua parte, o “abandono a que o concelho tem sido votado pelo facto do actual governo não conseguir cooperar com um poder local de cor partidária diferente”.

O autarca explicou, a título de exemplo, que o Governo Regional candidatou ao Instituto Nacional de Habitação, uma única casa em todo o concelho da Povoação. Por isso, a Câmara Municipal, mais uma vez substituindo-se ao Governo Regional, teve de conseguir directamente, junto do Governo da República, um protocolo para construção de 76 fogos habitacionais, acrescentou.

Victor Cruz assumiu o compromisso de colaborar com a Câmara Municipal da Povoação na construção de novas habitações em diferentes freguesias do concelho e na grande reparação dos edifícios escolares do primeiro ciclo do ensino básico, designadamente no Faial da Terra, Lomba do Loução e Ribeira Quente, em que a autarquia povoacense desenvolve um esforço acrescido, para compensar as responsabilidades próprias do Governo Regional e que este não assume.

No âmbito da Protecção Civil, que merece a “especial preocupação” da “Coligação Açores” para com o concelho da Povoação, o candidato a Presidente do Governo Regional comprometeu-se a construir o novo quartel dos bombeiros voluntários em local apropriado e já definido pela Câmara Municipal.

Esta medida permitirá dotar a corporação de melhores condições de operacionalidade, ao mesmo tempo que assegura a requalificação do centro histórico da vila, onde o actual quartel se encontra implantado.

A melhoria dos acessos para o Concelho e no seu interior, com destaque para a Estrada dos Arrastadouros e a melhoria dos caminhos agrícolas, foi também assegurada pelo líder da coligação, no conjunto das apostas relativas ao desenvolvimento da Povoação, sem esquecer a construção do acesso alternativo à freguesia da Ribeira Quente, que o governo do PS “prometeu e não cumpriu”.

Victor Cruz fez um balanço “muito positivo” da sua visita de trabalho ao concelho da Povoação, pela “receptividade e vontade de mudança” que encontrou junto da população local. “Quando se ouve o povo na rua conclui-se, infelizmente, que a realidade não é cor-de-rosa como nos discursos socialistas”, afirmou o líder regional, que se fez acompanhar de dirigentes locais dos partidos coligados, além de Francisco Álvares e José Manuel Bolieiro, respectivamente, presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal. – **Fonte e fotos: Gabinete de Imprensa PSD/Açores**





Notícias de Castelo Branco

1ª Convenção Distrital do PSD decorreu em ambiente caloroso exaltando os valores do Partido

Num só dia estiveram em Castelo Branco: o “cabeça de lista” às próximas eleições europeias, um Ministro, um Secretário de Estado e vários deputados à Assembleia da República.

Duzentos e cinquenta congressistas estiveram presentes no Sábado, 8 de Maio, na 1ª Convenção Distrital do Partido Social Democrata de Castelo Branco, que teve lugar no auditório do NERCAB.

A importância que a referida iniciativa mereceu para as estruturas nacionais do partido esteve bem expressa no facto de, num único dia, terem estado presentes na cidade o cabeça de lista da coligação “Força Portugal”, o Prof. Dr. João de Deus Pinheiro, que presidiu à abertura dos trabalhos, o Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, o deputado e ex-Chefe de Gabinete de Durão Barroso, José Matos Correia, e finalmente o Ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, que fez questão de vir a Castelo Branco cumprimentar os participantes que ficaram a aguardar a sua chegada, já depois de ter terminado o evento.

Para além de todas as estruturas distritais, marcaram ainda presença o presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto, que fez uma intervenção muito apreciada, também José Marques, Diamantino André, Irene Barata, Domingos Torrão, Fernando Penha, Ribeiro Cristóvão, Carlos S. Martinho e Henrique Dias.

O cabeça de lista da coligação «Força Portugal», o social-democrata João de Deus Pinheiro, começou por



lembrar que “foi sempre o PSD que esteve na primeira linha da luta por um Portugal mais europeu, mais democrático e que dissesse mais a cada um de nós”.

O ex-ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros, relembrando a actual situação em que o país e a Europa atravessa, frisou que “hoje vivemos uma vez mais momentos decisivos, quer para Portugal, quer para a Europa, no seu alargamento a outros países. Tem sido relativamente discutido, significando uma vez mais o fim da guerra fria, da divisão da Europa e do alargamento do que são

os nossos valores fundamentais, como a democracia, a liberdade, o estado de direito, como vectores decisivos da nossa vida colectiva”.

O candidato europeu alertou para o facto deste alargamento “trazer alguns desafios”, entre os quais “a translação para leste do centro geográfico da Europa. É para nós motivo de reflexão, porque os dez países têm uma riqueza e uma dimensão inferior à nossa apenas por razões estatísticas. Portugal deixou de ser um dos países mais pobres da União Europeia, e passou a ser ‘remediado’, deixando ainda de ser

um país pequeno, para passar a ser médio, em termos de União Europeia”.

Um dos temas mais “badalados” no momento actual, segundo João de Deus Pinheiro “é a estratégia de Lisboa”.

“Trata-se de uma aposta dos países da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento de uma sociedade baseada na educação, qualificação, investigação, novas tecnologias e no empreendedorismo”. São estas as vias que serviriam para “procurar um aumento da produtividade, ou seja, um crescimento sustentado da economia, sendo esta a única maneira real de criar emprego”, admitiu o candidato europeu, que salientou ser esta estratégia “muito interessante”, tudo porque “ao contrário de há 15 anos atrás, o país tem hoje uma rede de estabelecimentos de ensino superior que justifica que tenhamos grande ambição nesta matéria”.

«Temos condições para desempenhar bem o nosso papel na Europa»

A concluir, João de Deus Pinheiro afirmou que “temos uma lista ao Parlamento Europeu que nos garante que do lado da coligação, sobretudo do nosso partido, temos condições para desempenhar bem este papel na Europa”.

Miguel Relvas, um dos congressistas presentes, deixou uma “aviso à navegação” albacastrense acerca da constituição das comunidades urbanas. “Castelo Branco tem de acelerar o passo na constituição de uma comunidade. Tudo porque, enquanto que a comunidade das Beiras que agrega, entre outros, o município da Covilhã, Belmonte à Guarda está previsto para 30 de Junho, Castelo Branco, Fundão, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova e Oleiros, continuam a baloiçar entre uma comunidade com Portalegre ou a integração no Médio Tejo”. A propósito desta última comunidade, o actual secretário de Estado da Administração Local, é de opinião que a “integração de Castelo Branco surja no seio desta comunidade”, recordando que, por exemplo, “há cinco anos, seria uma utopia defender esta tese, só que os tempos de hoje são outros, em que por exemplo a A23 permite que rapidamente se percorra



Notícias de Castelo Branco (Conclusão)

Apoio incondicional nas Europeias aos candidatos da «Força Portugal» que serão os futuros Eurodeputados

a distância que separam as cidades de Abrantes e Castelo Branco”.

Relativamente ao actual impasse que se verifica, Relvas aponta o caminho “a situação tem que ser resolvida de uma forma rápida, pois temos de ter em conta que 95,6% da população já se encontra distribuída pela novas entidades territoriais”, em que “Castelo Branco não pode continuar a ficar para trás, nem numa situação que não tem opção”.

«Somos herdeiros de uma mensagem e de valores elevados»

O presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco, Fernando Jorge, começou por lembrar que “após uma reflexão na política portuguesa, chego à conclusão de que nós, os social-democratas, somos herdeiros de uma mensagem e de uma herança cujo valor por vezes ignoramos, quase por completo. Tal herança obriga a que

a todos que aqui estamos reunidos.

Mas muito pior que isso, é termos uma oposição frouxa e outra irresponsável. Para mim, quando a oiço criticar com violência, quando vejo mover guerra aos homens, em vez de dar lugar à guerra às ideias, quando vejo interesses movidos por subtis e escondidos motivos, quando vejo perseguir lucros fáceis que um homem honesto rejeita, quando vejo políticos que se servem e não servem, recorro à lenda da aranha que entrou num palácio abandonado e se apoderou de teia enorme, suspensa do tecto por um fio ténue e delicado.

E porque se esbarrou uma vez, nesse fio que vinha do tecto e sustentava a teia, porque não aceitou quaisquer embaraços nos seus movimentos, a aranha da lenda num ímpeto incontido, decidiu cortá-lo, que lhe não sofria o ânimo sentir-se coarctada na sua liberdade de movimentos. Foi o ruir da teia arrastando consigo para o chão a insensata aranha, que emaranhada pelos fios não mais soube o que era a liberdade”.



por vezes, se parta, para melhor a conhecer, meditando nos textos que lhe servem de suporte”.

O líder social-democrata, lembra que “decorridos 30 anos de democracia, parece que ainda há gente que não entendeu a mensagem dos fundadores, bem expressa no programa do nosso partido. Penso que esta é uma interrogação que interpela

Este, creio, é um risco que todas as democracias correm, quando determinados partidos ou personalidades destes, cortam o fio da honestidade, solidariedade e dedicação. E porque cortam um destes fios, é que há críticas injustas, violentas e destrutivas. Temos uma oposição que critica os homens em



vez de combater ideias, cultiva interesses perigosos e sacrificam-se aqueles que deveriam ser ajudados. É isto a contradição dos princípios, do não cumprimento das promessas eleitorais e realidade do nosso dia-a-dia. É esta a nossa vivência, a que podemos chamar também o insólito da política”.

Fernando Jorge salienta que “hoje com políticos irresponsáveis porque sabem que nunca serão poder, ou com demagogos, que para o conseguirem dizem frases sem ideias, a mim apetece-me dizer-lhes: hipócritas, Tartufos!”.

Adiantando que “sabemos todos que o grande responsável pela situação dramática a que chegaram as finanças públicas portuguesas teve um nome: Sousa Franco, o cabeça de lista ao Parlamento Europeu, que ia conseguindo que Portugal ficasse ao nível da Somália, sendo este o pai do défice que o PS apresentou à Europa, em que, pelas provas dadas, as suas ideias económicas são desastrosas como se comprova pelo passado recente”.

A concluir, o presidente do PSD distrital apelou ao voto em Deus Pinheiro “pelas provas que nos tem dado de dedicação à causa pública, porque este homem é uma árvore boa e com bons frutos, por isso eu voto Força Portugal, e apoio incondicionalmente Deus Pinheiro e a sua lista à Europa”.

Por seu lado Alvaro Batista, o presidente da concelhia de Castelo Branco, salientou na sua intervenção “a necessidade de uma nova atitude da região e dos militantes relativamente ao poder central”.

Começando por afirmar “estarem já longe os tempos do paternalismo e da mendicidade, relativamente àquilo que devem ser considerados como o direito, por parte de todos os que vivem no interior, a terem um nível de vida igual ao existente no litoral”, apelou assim “a uma nova postura reivindicativa por parte de todos os presentes, assumindo terem agora os militantes e os simpatizantes uma responsabilidade acrescida em trazer desenvolvimento para a região, numa altura em que é o PSD que governa”.

Continuando, manifestou o desejo de que “o actual Governo comece rapidamente a replantar as áreas ardidas, que interceda no sentido de resolver o problema de Castelo Branco não estar ainda incluído em nenhuma comunidade urbana, e ainda, entre outras questões, que procure parar com os meios ao seu alcance, aquilo que considera ser o atentado que está a ser levado a cabo contra a cidade de Castelo Branco com as obras do programa Polis”.

Depois deste evento, da sua elevada participação ao nível local bem como do notório apoio que usufrui o actual presidente da distrital por parte das estruturas nacionais do partido, ficou claro para todos os presentes que o PSD do distrito está bem e recomendase, contrariando assim, de algum modo, as acusações que lhe têm sido dirigidas por parte da oposição socialista local. **-Reportagem e Fotos, José Manuel Alves, cortesia da CPD/Castelo Branco**



Arranca a hidroeléctrica do Alqueva

A principal produtora de energia do sistema eléctrico da barragem foi inaugurada pelo Primeiro Ministro

Na passada quarta-feira, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, inaugurou a Central Hidroeléctrica de Alqueva, a única situada no Sul de Portugal e que, em ano médio, produzirá o equivalente à energia necessária para abastecer uma cidade de 250 mil habitantes.

A cerimónia de inauguração da central, instalada na Barragem de Alqueva e principal produtora de energia eléctrica do sistema electroprodutor do empreendimento, decorreu pelas 11 horas da manhã, seguida de pormenorizada visita às zonas de produção e de controlo.

Segundo a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), o custo total das obras e equipamentos específicos da Central Hidroeléctrica foi de 118 milhões de euros, sendo o financiamento do Fundo de Coesão na ordem dos 55,25 por cento.

A infra-estrutura está dotada de duas turbinas/bomba com 129,6 megawatts de potência cada uma, tendo capacidade para produzir, desde que perfeitamente operacional, em ano médio, cerca de 460 gigawatts por hora, ou seja, o equivalente à energia necessária para abastecer uma cidade de 250 mil habitantes.

A EDIA adianta que, além da produção anual se poder vir a situar nos 460 gigawatts por hora, a Central deverá produzir e canalizar para a Rede Eléctrica Nacional (REN) perto de 260 megawatts por hora.

Segundo fonte oficial, "...em termos comparativos, a energia produzida na Central de Alqueva será suficiente para abastecer todo o distrito de Beja, incluindo consumos domésticos, industriais, agrícolas e serviços".

O grupo II de geradores foi o primeiro a entrar em fase de ensaios, no final de 2003, tendo começado a produzir energia para a REN este ano. O grupo I começou na quarta-feira a produzir energia para a rede.

No conjunto das 27 grandes hídricas portuguesas, a Central de Alqueva é a terceira em potência instalada e a oitava em termos de produtividade média anual.

O fecho das comportas da barragem de Alqueva aconteceu a 08 de Fevereiro de 2002 e, com o enchimento à sua cota máxima (152), a albufeira irá constituir o maior lago artificial da Europa, com 250 quilómetros quadrados de área.

O empreendimento de fins múltiplos, que obrigou à construção de uma nova povoação para alojar os cerca de 400 habitantes da aldeia da Luz (Mourão), implicará, até 2025, um investimento total de 1.800 milhões de euros.



Na cerimónia inaugural, o Primeiro-Ministro considerou hoje que a Central Hidroeléctrica de Alqueva, é "essencial" para apoiar a garantia da autonomia energética de Portugal e para a concretização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

"É uma infra-estrutura que vai permitir, por lógica, uma melhor complementaridade das redes eléctricas de Portugal e Espanha e garantir, com mais segurança, o nosso abastecimento energético e a competitividade da economia nacional", declarou.

Ainda na cerimónia inaugural da unidade produtora de energia, o Primeiro-Ministro, referindo-se ao objectivo principal do empreendimento, afirmou que "... o regadio já é uma realidade no Alqueva e as outras componentes do projecto vão igualmente prosseguir".

Embora este seja «um investimento extremamente caro, com uma previsão de 2.700 milhões de euros até 2025, justifica-se estrategicamente pelo impacto que tem na região do Alentejo, ainda em risco de desertificação,» e porque «vai garantir, com mais segurança, o nosso abastecimento energético e a competitividade da economia nacional», disse Durão Barroso. O Alqueva «não vai ser um novo caso de uma obra permanentemente inacabada», garantiu a terminar.

Acompanhado pelos ministros da Economia, Carlos Tavares, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Amílcar Theias, e da Agricultura, Sevinete Pinto, o Chefe do Governo deu depois "ordem de comando", à cota 69, para o início da produção de energia eléctrica no segundo grupo de geradores da central.

Durão Barroso considerou a central

hidroeléctrica como um "sítio mágico" por se localizar na união dos concelhos vizinhos de Portel (distrito de Évora) e Moura (distrito de Beja).

"É, de facto, impressionante estar aqui e tomar palavra neste local com 80 metros de água por cima [do outro lado do paredão]. Nunca tal me tinha acontecido, e do ponto de vista da engenharia, é magnífico que se consiga



conciliar a técnica com a estética, o progresso com a arte e a tradição", disse.

Alqueva já tem reflexos nas actividades socio-económicas ligadas ao turismo e tempos livres do interior

Na ocasião da inauguração da nova central hidroeléctrica, foi também anunciado que Vela, canoagem, windsurf, equipamento de jardim, campismo, caravanismo, caça e pesca, vão ser promovidos na Exponáutica, feira náutica do Alentejo, a realizar este mês em Reguengos de Monsaraz, um dos concelhos banhados pela albufeira

de Alqueva.

O certame, marcado para o período entre 13 e 16 de Maio, no Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, é promovido pelo município local como forma de apostar nas potencialidades turísticas daquele que será o maior lago artificial da Europa.

A iniciativa, hoje divulgada pelos promotores, pretende dar uma maior visibilidade às actividades náuticas, dinamizar a oferta turística local, proporcionar a realização de negócios e contactos e mostrar as potencialidades do empreendimento de Alqueva.

De acordo com a autarquia, a albufeira de Alqueva, que já banha grande parte do concelho, "lançou as bases para o sector da náutica" e contribuiu para "o aumento do número de turistas que visitam o concelho e para o alargamento do seu período de estadia".

O município justifica a aposta na "nova" oferta turística com a romaria de turistas que aos fins-de-semana sobe ao castelo da vila medieval de Monsaraz (já baptizado de "As varandas de Alqueva") para ver o grande lago e a instalação de quatro cais flutuantes nas

freguesias de Monsaraz, Campinho e S. Marcos do Campo.

A primeira Exponáutica, que os promotores apelidam de "maior certame náutico do Alentejo", prevê a visita de milhares de pessoas durante os quatro dias da iniciativa.

Assumindo-se como "a principal montra de promoção do turismo de Alqueva", o certame vai incluir ainda seminários e acções e formação sobre o projecto da barragem, actividades náuticas e provas equestres.

- Fonte: Lusa.

Fotos: Bruno Portela

30 anos a servir Portugal

Ao longo destas três décadas o PSD esteve sempre associado às grandes mudanças de Portugal

Poucos dias depois do 25 de Abril – exactamente 11 dias depois – três deputados da chamada «Ala Liberal», da anterior Assembleia Nacional, que tinham deixado o Parlamento do regime autoritário conhecido como o “Estado Novo”, apresentaram em público um novo Partido da incipiente democracia portuguesa, o PPD – Partido Popular Democrático.

Eram eles Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. O partido, diz a História, deveria chamar-se de origem Partido Social-Democrático, mas motivos de diversa ordem fizeram com que optasse, na sua apresentação, pela sigla PPD e pelo nome porque ficou conhecido nos primeiros anos da sua vida.

Ao longo destes 30 anos de História contemporânea, o Partido adoptou o nome de Partido Social-Democrata, mantendo o PPD-PSD como símbolo de continuidade e esteve sempre associado às grandes mudanças de Portugal, mantendo sempre, mesmo nos momentos de crise, o seu cariz reformista, as suas preocupações sociais e o seu espírito profundamente democrático.

Foram eleitos em Congresso 10 presidentes: Francisco Sá Carneiro, Sousa Franco, Menéres Pimentel, Francisco Pinto Balsemão, Nuno Rodrigues dos Santos, Carlos da Mota Pinto, Aníbal Cavaco Silva, Fernando Nogueira, Marcelo Rebelo de Sousa e José Manuel Durão Barroso. Emídio Guerreiro e



Rui Chancerelle de Machete, presidiram interinamente ao PSD.

As comemorações dos 30 anos do PSD, que tiveram como Presidente da Comissão o militante Nº1, Francisco Balsemão, registaram entre os seus pontos altos, um almoço no dia do aniversário, que reuniu os anteriores e actual Presidentes e que decorreu na Sede Nacional do PSD.

Neste almoço, os ex-líderes dos social-democratas quiseram fazer uma declaração pública, contida num documento por eles assinado e apresentado por Pinto Balsemão, que afirmou, na altura:

Declaração dos Presidentes do PSD

«Na minha qualidade de Presidente da Comissão Comemorativa dos 30 Anos do PSD, e para além do significado simbólico deste almoço dos ex-Presidentes e militantes do Partido, sobre o qual o nosso anfitrião irá a seguir pronunciar-se, queria dizer-vos que nestas comemorações vamos também homenagear os funcionários do Partido (que bem o merecem, nestas funções de bastidores, mas fundamentais para que as instituições funcionem), vamos editar um vídeo que será largamente difundido, com a História do PSD, enquadrada no que aconteceu em Portugal nos últimos anos, vamos editar um livro que será uma Foto-História do Partido, escrito por Graça Moura, com



fotos de Rui Ochôa e vamos também lançar uma medalha comemorativa.

«Temos hoje um jantar dos autarcas social-democratas e amanhã haverá o grande jantar com milhares de participantes, no qual se prestará homenagem aos militantes com 30 anos de filiação no PSD.

«Além disso, os ex-Presidentes (o dr. Fernando Nogueira assinou-a em Paris, pois não pode estar presente) assinaram uma declaração que é a seguinte:

«Reunidos em Lisboa a 5 de Maio de 2004, os antigos Presidentes do PSD, militantes do Partido, manifestam publicamente o seu reconhecimento do papel essencial desempenhado pelo PSD durante 30 anos, na consolidação da democracia em Portugal;

« - A sua convicção que os valores social-democratas e as opções sociais, económicas e culturais que impõe, permanecem válidos para a construção de uma sociedade mais justa e mais livre.

« - A sua confiança de que o Partido, actualmente sob a liderança de José Manuel Durão Barroso, prossegue com coragem e em situações nacionais e internacionais particularmente difíceis, a luta por reformas de cariz social-democrata sem concessões a modas neo-liberais nem a anquilosantes conservadorismos de Esquerda ou de Direita».

A declaração foi depois assinada por todos, incluindo, a fechar, o actual





Fiel aos seus Princípios

O PSD em conjuntura difícil mantém o ímpeto reformista



Presidente, José Manuel Durão Barroso, que em seguida tomou a palavra para afirmar:

Discurso de Durão Barroso

«Senhor Doutor Francisco Pinto Balsemão, Professor Cavaco Silva, Doutor Menêres Pimentel, Professor Rui Machete, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, quero dizer-vos que estou muito sensibilizado e reconhecido por esta declaração que agora os ex-Presidentes do PSD, militantes do Partido, decidiram assinar, no dia em que comemoramos 30 anos de vida.

«E fico particularmente grato por reconhecerem que o PSD, em circunstâncias nacionais e internacionais particularmente difíceis, prossegue com o seu ímpeto reformista, na sua fidelidade aos valores social-democratas que são os nossos.

«Faz hoje precisamente 30 anos que Francisco Sá Carneiro e alguns dos presentes, lançaram este grande projecto que é o PPD-PSD.

«O que gostava de ter feito hoje era reunir os mais de 100.000 militantes do PSD, e os milhões de simpatizantes do Partido. Mas não era possível e por isso pedi aos Presidentes do Partido – que simbolizam a História do Partido e a identidade do PSD – que estivessem aqui, comigo e quer por isso manifestar-vos o meu reconhecimento pela aceitação do convite.

«Penso que assim podemos dar um sinal a todos os simpatizantes do PSD e ao Povo Português em geral, que o Partido, enfrentando novos desafios, se mantém fiel aos que foram os princípios inspiradores da sua fundação.

Como partido social-democrata, como partido reformista, que não se revê nos conservadíssimos de esquerda ou de direita, como partido que luta pela justiça social e pela igualdade de oportunidades.

«Este é um sinal importante da valorização da nossa identidade como partido. Há cinco anos atrás, também responderam ao meu convite, reunindo todos os Presidentes do Partido, militantes do PSD. Agora, 5 anos depois, podemos fazê-lo em condições diferentes, pois hoje o PSD é o partido liderante da sociedade portuguesa, liderante da maioria parlamentar, está à frente do governo do país e é também o partido com maior expressão no poder local em termos de Câmara Municipais e Juntas de Freguesia.

«Por isso temos uma grande responsabilidade, não um privilégio, mas uma grande responsabilidade, a de responder positivamente aos grandes anseios de justiça social que há no nosso país; a responsabilidade de sermos fieis ao legado da social-democracia, aos princípios de Justiça e Solidariedade do nosso ideário.

«Por isso estou muito sensibilizado – e comigo todos os militantes e simpatizantes – por verem aqui, na sede do PSD, os anteriores Presidentes do Partido, que tiveram uma responsabilidade tão grande em dirigi-lo e nalguns casos, o País, podendo assim verificar que este é um Partido que respeitando a sua tradição e a sua história está, responsabilmente também, a responder hoje aos desafios do futuro.

«Muito obrigado a todos, e através de vós a todos os militantes, reiterar o meu compromisso com o programa social-democrata, com o ímpeto reformista que caracteriza a nossa história e com a necessidade de fazermos cada vez mais e melhor, para respeitar os símbolos que nos foram transmitidos por Francisco Sá Carneiro e sobretudo para estarmos à altura daquilo que o Povo Português espera e deseja de nós».



Dar esperança aos portugueses através de políticas acertadas que nos devolvam o orgulho



Funcionários militantes da Sede Nacional, com 30 anos de serviço

Pouco depois do almoço dos antigos Presidentes, Durão Barroso, com José Luís Arnaut, na sua qualidade de Secretário-Geral e com o Secretário-Geral Adjunto, José Matos Rosa, reuniu-se com os mais antigos funcionários do PSD que são também militantes da primeira hora, todos com 30 anos de serviço.

Na reunião, o Presidente do Partido dirigiu-lhes palavras de agradecimento e estima, pelo longo serviço, desempenhado com competência e espírito de sacrifício, através de todas as fases, melhores e mais difíceis, que o PSD conheceu desde a fundação até aos 30 anos que agora se comemoraram.

Em memória desta data, o Presidente do Partido, fez-lhes a oferta de uma lembrança, no caso uma caneta em prata, com o nome gravado.

Os funcionários e militantes com 30 anos de serviço, ou seja, tantos quantos conta o PSD são, por ordem alfabética:

António Meireles;
Céu Soveral;
Deolinda Pinheiro;
Fátima Gonçalves;
Guilherme Brites da Silva;
José Luís Fernandes;
José Mendonça;
Luís Braga;
Luísa Castro;
Luísa Côte-Real;
Maria Isabel Pereira de Castro;
Maria José Sá da Costa;
Pedro Braga e
Vitor António.

Uma reunião de todos os Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD

As comemorações incluíram, ainda neste primeiro dia, um jantar com todos os autarcas social-democratas, antecedido por uma reunião de trabalho, presidida pelo coordenador autárquico e presidente da Mesa do Congresso social-democrata, Dias Loureiro, que afirmou, numa breve declaração política, que a reunião de trabalho serviu para os social-democratas “reafirmarem os seus princípios”, nomeadamente o seu cariz humanista e lembrar que “... o País não seria o que é hoje sem o PSD”.

“Celebramos os 30 anos de História do PSD com imenso orgulho, pelo que fizemos por Portugal e pelos portugueses”, sublinhou, acrescentando que as comemorações estão a decorrer com “lucidez” devido à conjuntura económica “difícil”, mas também com “responsabilidade”.

“Temos a responsabilidade de dar esperança aos portugueses através de um

conjunto de políticas que devolvam orgulho aos portugueses”, afirmou ainda Dias Loureiro.

Após a declaração política, Dias Loureiro juntou-se aos autarcas social-democratas e aos outros dirigentes do partido, para o jantar comemorativo. Noutro momento, o vice-Presidente do PSD e Presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes, tinha afirmado à comunicação que “O PPD/PSD foi criado da forma mais portuguesa dos partidos portugueses”.

Santana Lopes saudou os dois fundadores do partido, Sá Carneiro e Pinto Balsemão, assim como “todos os que os acompanharam” nos “momentos iniciais da vida do partido com características tão singulares e que sempre respeitaram”.

“Sempre nos reivindicámos de social-democratas, mas de uma social-democracia não-marxista. Sempre o dissemos, sempre nos definimos assim e

não só depois da queda do muro de Berlim e da falência das ideologias que fundamentaram os sistemas políticos antes vigentes na Europa Oriental”, lembrou ainda Santana Lopes, que citou uma frase de Sá Carneiro, que tinha adoptado como lema político: “Saber estar e romper a tempo, correr os riscos da adesão e da renúncia, eis a política que vale a pena”.





PSD Recebe 30 novas militantes

Mulheres no PSD

A ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria Graça Carvalho, foi uma das 38 mulheres que se filiaram no dia 7 no PSD, numa das iniciativas que assinalaram os 30 anos do partido e que marca, simbolicamente, a importância do elemento feminino, na vida do PSD, como organização não apenas interclassista, como de igualdade de oportunidades, e não-discriminação de sexo.

Na lista das novas militantes - provenientes de vários pontos do país, de diferentes idades e profissões - está ainda a deputada do PSD, eleita por Lisboa, Teresa Morais, e a advogada Teresa Almeida Garrett.

“Apadrinhada” pelo líder do PSD, Durão Barroso, a apresentação deste grupo decorreu num almoço, no segundo dia de comemorações do 30 anos do partido, tendo Durão Barroso afirmado “... queremos com esta iniciativa dar um sinal ao partido e ao país. Faz falta à política portuguesa a experiência e sensibilidade das mulheres, sem as quais a política fica incompleta”.

Durão Barroso sublinhou a importância da filiação de mulheres no PSD, dizendo tratar-se de uma questão de representatividade na política e uma questão de igualdade de direitos. “A democracia fica a perder, quando os partidos políticos não conseguem recrutar mulheres para postos de verdadeira responsabilidade”, disse ainda o líder do PSD, lembrando que, numa população maioritariamente feminina, a percentagem de mulheres no topo da carreira política é substancialmente inferior.

Recordou que no Governo actual existem quatro ministras (de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite; da Justiça, Celeste Cardona; dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, e a recém-filiada ministra da Ciência Maria da Graça Carvalho).

“É o maior número de ministras num governo de Portugal desde que existe democracia”, frisou Durão Barroso, considerando no entanto o número “insuficiente, mas que pelo menos é um sinal do nosso compromisso de dar maior representatividade das mulheres na política”.

“Pode compatibilizar-se a igualdade de direitos com a valorização da diferença, pois a sensibilidade das mulheres ajuda-nos a ser mais representativos, quando desenvolvemos a actividade política. É, portanto, uma questão de democracia.

“Não foram só as presentes que se filiaram hoje no Partido, pois há - só por exemplo - uma concelhia com 600 novos militantes, dos quais uma percentagem muito significativa são mulheres”, disse, reafirmando, no entanto, que as presentes são um “corte significativo das militantes, pois provêm de



diferentes partes de Portugal, de diversas profissões e estratos sociais”.

Terminou citando uma antiga colega de Universidade, que lhe tinha um dia dito que “... nós, mulheres, para termos sucesso, não chega sermos iguais aos homens; temos de ser melhores” e que acrescentava: “... felizmente é tão fácil!”.

Assim terminou, nesta nota de bom humor, que foi recebida com risos e aplausos pelas presentes.

Pelas novas filiadas presentes, falou Teresa Almeida Garrett, advogada e eurodeputada pelo PSD, que se manifestou sensibilizada pelas palavras de Durão Barroso, que estão de acordo com o que as mulheres realmente pensam, sublinhando também a importância da política ser feita no feminino, tendo esclarecido que o grupo de novas militantes não decidiu filiar-se no PSD apenas para “ficar na fotografia”.

“Estamos aqui para dar um sinal de que estamos preocupadas com a democracia. E para bem da democracia é necessário que se ouça o que tantas mulheres têm para dizer”, declarou, advertindo que, ao aceitar a inscrição deste grupo, o PSD praticou “num gesto arriscado”.

“É um gesto arriscado porque também estamos aqui para conquistar o poder”, afirmou Teresa Almeida Garrett, explicando que tal só acontecerá “daqui a algum tempo”, já que antes terá que haver um “período de estágio”. Até lá, disse, o objectivo será trabalhar “sob a liderança e em companhia” de Durão Barroso.

Estas 38 novas militantes vão juntar-se aos 119 mil filiados que existem actualmente no PSD, número que se mantém mais ou menos igual estável, desde 2002. Desse número, 32 por cento são mulheres e 68 por cento são homens.



Balsemão recorda o passado

Mais de 4.000 militantes no jantar dos 30 anos. Pinto Balsemão recorda o passado

Mas a grande ocasião das celebrações decorreu no Porto, em Matosinhos, na sexta-feira à noite, com o grande jantar que reuniu mais de 4.000 militantes, com Durão Barroso a proferir um discurso em que misturou recordações da vida do partido desde a sua fundação e os objectivos que tem definidos para o futuro, dos quais os dois mais importantes, no futuro imediato, são a necessidade



de enfrentar “o combate do alargamento da União Europeia” e o de “chegar ao final da década com um rendimento próximo da média europeia” o que justifica esta “política de rigor, para que este ano seja já possível a retoma económica”.

As recordações à fundação do partido e à “herança” de Sá Carneiro foram referências constantes nos discursos quer de Durão Barroso quer de Pinto Balsemão, quer ainda de um filme de 20 minutos transmitido durante a refeição retratando os 30 anos do partido.

Falou aos militantes em primeiro lugar o presidente da Distrital do Porto, Marco António Costa, que leu algumas passagens de um livro que vai ser publicado sobre a História do PPD no Porto, reclamando para aquela cidade a fonte inspiradora e a força de resistência que o fortaleceram nos primeiros tempos de luta e crise.

Referiu como a perda de peso político do Norte nas últimas décadas, tem sido ultrapassada pelo actual Governo, com descentralização e desconcentração, que tem lutado, como nenhum outro, pelas reformas em curso e a correcção do macrocefalismo da capital.

Lembrou, já a terminar, que “... trinta anos após a nossa fundação, é importante referir à sociedade portuguesa, que somos hoje um partido moderno, rejuvenescido e portador, no seu seio, de quadros profissionais, técnica e politicamente mais capazes de conduzir o País no rumo que Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão, entre outros, sonharam para Portugal, há 30 anos.”

Pinto Balsemão, que fez questão de subir ao púlpito com uma velha bandeira do PPD, ainda do tempo dos primeiros combates do partido, em pano e empunhadura de madeira, tomou como base do seu breve improvisado o filme que retratava a história do partido, «levantou» a sala ao recordar «com muita saudade» Francisco Sá Carneiro.

Recordou tempos antigos, tempos difíceis, dos quais “muitos dos que aqui estão se lembram, em que as sedes eram assaltadas, em que nos comícios havia sempre ‘pancadaria da grossa’, como em Évora, em Setúbal, com consequências trágicas”. Tempos nos quais se chegou a pensar – e se chegou a - “ir para a clandestinidade”, ou seja, retirar os arquivos do partido, com a identidade de todos os militantes, da sede em Lisboa, para um lugar desconhecido e seguro.

Levantou ainda três questões, às quais, com largos fundamentos e detalhadas explicações, deu respostas imediatas. Em resumo, perguntou e respondeu: «Foi difícil fundar o PSD? Foi trabalhoso, duro, mas não, não foi difícil.

«Valeu a pena? Sim!

«E agora? Temos muito trabalho pela frente, de acordo com os princípios e ideais fundadores do partido”, disse, mas avisou ser preciso o PSD «limpar dos que dele se servem e não o servem nem lhe servem» e para «estimular a entrada de tanta gente nova que comunga dos nossos valores e anda afastada da política».

«Não podemos fechar-nos», alertou no final, dizendo que «temos uma missão a cumprir, que vamos cumprir, como sempre o fez o PSD» e terminando com a entrega a Montalvão Machado, em representação simbólica dos militantes que celebraram este ano três décadas de filiação, de um “kit” que incluía um alfinete de lapela, uma medalha e o filme apresentado durante o jantar.

Discurso de Durão Barroso: «Não somos um Partido Conservador!»

A encerrar este momento único das comemorações, com mais de quatro mil militantes reunidos a demonstrar a força e a implantação do PSD, falou o Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso:

«Caros amigos: faz agora 30 anos que nasce um grande e belo partido. Um partido com Memória, um partido com História, um partido com Projecto.

«Um partido com Memória: memória da coragem de lutar por um projecto social-democrático. Um partido com Convicção em torno dos valores humanistas e personalistas. Um partido de Combate contra todos os totalitarismos.

«Nesta ocasião quero lembrar especialmente aqueles que tiveram essa coragem, essa convicção, esse combate: os nossos fundadores, o nosso militante Nº 1, Francisco Pinto Balsemão.

«Quero deixar também uma mensagem de grande apreço à presença da Dra. Fernanda Mota Pinto e do filho de Francisco Sá Carneiro. Muito obrigado pela vossa presença, nesta noite, no meio dos social-democratas.

«Viva Francisco Sá Carneiro. Viva o PSD. Viva Portugal

«Somos um Partido com História, uma história rica pela consolidação que trouxemos à Democracia e para o desenvolvimento do nosso País, ligado ao esforço notável de Francisco Sá Carneiro. Pelo desenvolvimento do nosso País, no qual há um nome acima de todos, o nome de Aníbal Cavaco Silva, um





«Um partido com Memória um partido com História um partido com Projecto»



grande líder do nosso Partido.

«Um Partido como o nosso. Um partido com história mas também com projecto, um projecto social-democrata, um projecto com valores, construído com valores e que continua fundado em valores.

«A aposta na pessoa humana, pois nós entendemos que antes do Estado havia a pessoa e que a pessoa é o princípio e o fim de toda a actividade política.

«Com valores de confiança na Sociedade, porque acreditamos nas virtualidades da iniciativa das pessoas e respeitamos o primado da sociedade civil. Mas também um Partido com valores, pelo modo como vê o Estado, um Estado que seja capaz de garantir os equilíbrios sociais.

«Um projecto reformista. Fomos, somos e sempre seremos o partido mais reformista da sociedade portuguesa. Num Estado de Direito, na Economia e na Sociedade, todas as reformas destes trinta anos foram feitas pela mão do PSD, ou sob a liderança do PSD e continuamos com esse ímpeto reformista, hoje, a governar Portugal.

«Não somos, não fomos, um partido conservador. Recusamos o conservadorismo de Direita e o conservadorismo de Esquerda. E hoje, muitas vezes, os mais conservadores estão à nossa esquerda. Querem manter os modelos esgotados na sociedade moderna, continuam a pensar pelos dogmas do século XX ou do século XIX e ainda não se deram conta de que já estamos no século XXI !

Temos um projecto de futuro, respeitamos o passado, valorizamos o que há de grande na história do nosso Partido

«Por isso temos um projecto de futuro. Respeitamos o passado, valorizamos o que há de grande na história do nosso Partido e de maravilhoso na tradição portuguesa. Mas nunca é a nostalgia do passado que nos orienta. É a ousadia do futuro, a ousadia dos jovens, da nossa JSD e por isso é sempre o Partido a liderar a juventude portuguesa.

«Caros amigos: hoje, tenho o orgulho e a grande responsabilidade de dirigir o nosso Partido nesta primeira década do século XXI. As minhas preocupações e objectivos são muito claros: quero um partido ganhador, quero um partido moderno, quero um partido permanentemente renovado, não quero um partido acomodado.

«Quero um partido aberto à sociedade, com homens e mulheres livres e um partido com mais mulheres a exercerem cargos políticos e a exercerem as suas responsabilidades. Nós precisamos de mais mulheres na vida política

portuguesa.

«Quero um partido liderante na vida política, protagonista e activo na sociedade, permanentemente em renovação, que recuse toda a forma de acomodação.

«Um partido com prioridades muito nítidas, mas sobretudo com ideias e convicções. Numa sociedade que nacional e internacionalmente, cada vez mais se orienta e se motiva por interesses e conveniências, nós temos, também aí, que sublinhar a diferença. Não são interesses e conveniências que podem mudar para melhor a Sociedade. São as ideias e as convicções que podem mudar a sociedade. Por isso, quero também um partido de rigor, não apenas nas finanças públicas, mas nos comportamentos, nas atitudes, nos procedimentos, com rigor nas acções e em todas as suas decisões.

«Acima de tudo, é preciso um partido de combate. O PSD foi fundado como um partido de combate, como ainda há pouco nos contou o Francisco Pinto Balsemão. Temos de continuar a ser um partido de combate.

«Não é por estarmos no poder que vamos deixar de combater, nem é só no Governo que se faz o combate pelas reformas do País. Na sociedade, nas escolas, nas empresas, nas associações, em todas as instituições, se trava esse combate pela modernização de Portugal.

«Temos agora um combate imediato, um combate a travar: vamos ter no próximo mês as eleições europeias. É um combate que vamos travar e que, mais uma vez iremos ganhar. Vamos ganhar as eleições europeias em Junho deste ano!

«Portugal precisa de ter uma boa representação no Parlamento Europeu. Precisamos de ter os melhores a defender o interesse nacional. É isso que os portugueses querem dos deputados ao Parlamento Europeu. Não tanto criarem falsas querelas ideológicas, que em alguns casos nem sequer existem, mas termos ali os melhores, para defenderem os nossos interesses na Europa.

«Vamos a esse combate, vamos vencer esse combate. Mas para isso precisamos da cumplicidade entre todos nós no Partido, do Norte ao Sul, do Leste ao litoral, no Continente e nas Regiões Autónomas. Todos vós sois importantes neste combate, do mais alto dirigente, ao militante mais simples e modesto.

«Por isso fizemos esta coligação “Força Portugal”. Já repararam que houve quem não gostasse do nome “Força Portugal”? Repararam que este nome causou incómodo a alguns, como se só agora tivéssemos descoberto o “Força Portugal”?

Os nossos adversários continuam a alimentar a ideia do Portugal derrotista e pequenino

«Quantas vezes em campanha, com a JSD, andámos a dizer “Força Portugal”. E porque é que eles não gostam desta designação? Porque no fundo, os nossos adversários continuam a alimentar a ideia do Portugal derrotista, do Portugal pequenino e não do Portugal que vence e do Portugal com missão. E por isso nós vamos dizer e diremos: “Força Portugal!”. Portugal para cima, vamos dar força a Portugal nas eleições europeias e defender melhor e com mais força o interesse de Portugal na Europa.

«Temos também a responsabilidade de governar Portugal, nesta primeira década do século XXI, neste momento difícil em Portugal e na Europa. Temos de o fazer com ideias, com coragem, com convicção e também com ambição. A ambição de ganharmos dois grandes desafios.

«O primeiro, na Europa, o do alargamento. E mais uma vez as aves agourentas vieram dizer que é mau para Portugal, que Portugal não é

«Fomos, somos e seremos o melhor partido de Portugal e assim vamos continuar»

capaz de vencer este desafio. Mas a verdade é que Portugal foi capaz de vencer o desafio da integração europeia, o desafio da moeda única e também vai ganhar este desafio do alargamento.

«Mas isso é um trabalho de todos, do Estado, do Governo e também dos partidos, dos empresários – muito especialmente dos empresários e investidores portugueses.

«Nós vamos ganhar esse combate. Vamos conseguir ver nisto o que tem de oportunidades. Até porque, hoje em dia muito distingue a política, já não é a velha ideia de esquerda e de direita: é a ideia de Futuro e de Passado, a dos que têm uma atitude de abertura perante os desafios do Mundo contemporâneo e aqueles mesquinhos, eternamente fechados, eternamente receosos, eternamente à defesa, sem terem capacidade para afirmar um projecto, uma ambição, uma força, para Portugal.

«Eu sei que estamos do lado certo. Daquele em que está a juventude, que acredita que Portugal não é inferior a nenhum país da Europa e que, se os outros conseguiram, nós também podemos conseguir. Tudo depende de nós, deixemos as desculpas, vamos trabalhar em conjunto para puxar o nosso País para a frente na Europa e vencer mais este desafio!

«O outro grande desafio, é o de chegar ao final da década com um rendimento próximo da média europeia. Por isso, esta nossa política de rigor, para promover já neste ano, a retoma, para aumentar a competitividade da nossa economia.

«Mas atenção! O meu objectivo não se esgota na retoma de 2004, nem no crescimento de 2005 e 2006. O nosso projecto é para fazer de Portugal um país ganhador nesta primeira década do século, com um objectivo que é o da Justiça Social.

«A retoma é um instrumento para chegar a esse objectivo. O rigor nas contas públicas, a competitividade na economia, são instrumentos para algo de maior e mais importante, o objectivo da Justiça Social, que é e continuará a ser o primeiro objectivo de um partido Social-Democrata.

«Por isso, para realizarmos a Justiça Social, vamos combater a exclusão social, vamos atacar os focos de pobreza no nosso País, vamos lutar contra o abandono escolar, vamos criar mais oportunidades para os jovens, vamos criar mais solidariedade para os mais idosos. Vamos criar uma sociedade mais rica, para termos uma sociedade mais justa, onde haja menos desigualdades e mais oportunidades

«Ao longo destes trinta anos, o PSD sempre teve História, de que nos orgulhamos. Mas vamos continuar a fazer História, deixar uma marca muito forte na construção de um país verdadeiramente moderno.

«Não começámos por ser o maior partido, não o fomos nas primeiras eleições. Mas fomos subindo, consolidando, mobilizando. Umhas vezes, fomos o maior, outras vezes não o fomos Mas a verdade é que sempre fomos, somos e seremos, o melhor partido de Portugal e assim vamos continuar.

«Caros amigos, ontem, para assinalar os trinta anos do Partido, reuni na sede nacional, todos os militantes do PSD que foram Presidentes do nosso partido. Eu disse, na altura, que gostava de poder abraçar os mais de 100.000 militantes, os milhões de simpatizantes do Partido. Não podia fazê-lo e por isso chamei – e fico grata por terem aceite esse convite – os Presidentes do Partido que estão vivos e continuam a militar nas nossas fileiras. Assim mostrando respeito pela nossa História, porque isso é importante.



«Somos o primeiro Partido, no poder local, nas regiões autónomas, na Assembleia da República e no Governo de Portugal!»

«Há pouco, no filme que vimos, estavam lá os Presidentes do Partido. Há 5 anos atrás, era eu o recém-eleito Presidente, também reuni os anteriores Presidentes, nos 25 anos da nossa História. Mas há uma diferença de há 5 anos para hoje. É que hoje somos de novo o maior partido português, o primeiro partido do País, o primeiro partido no poder local, o primeiro partido nas regiões autónomas, o primeiro partido na Assembleia da República, o primeiro partido no Governo de Portugal!

«E se isso é motivo de orgulho é, acima de tudo, motivo para termos uma grande responsabilidade, na qual medito todos os dias, pois é a responsabilidade que vem com o privilégio de poder dar o máximo pelo País. E nessa História breve que vimos no filme, falava-se dos Presidentes do Partido, para, na história, identificarmos as diferentes fases. Mas o que este filme, nenhum filme, poderá fazer é dar a verdadeira imagem do Partido, que não é a dos Presidentes, mas dos militantes, dos milhares de militantes anónimos, que nos esperam na estrada, que levantam a bandeira e nos dizem sempre para nunca desistir, para ir em frente, pois vamos ganhar, vamos vencer!

«E ontem, à noite, quando vi reunidos na sede nacional, a maior parte dos presidentes de Câmara do PSD, disse-lhes isso também. Para nunca nos acomodarmos, nunca nos darmos por satisfeitos, para pensarmos que o Poder é efémero, para demonstrarmos um grande respeito pela Democracia e pelas pessoas, para pensarmos nos que não têm essa visibilidade, mas sem os quais não teríamos hoje o privilégio e a responsabilidade, de agarrarmos Portugal na situação difícil em que o encontramos e lutar pela sua recuperação.

«Assim parta terminar, queria deixar a todos, de forma simples mas sentida, a homenagem do Presidente do Partido a todos e a cada um dos militantes e dizer-vos: 'Obrigado pelo vosso apoio; e continuo a contar convosco, vamos daqui para novas vitórias, pela social-democracia e por Portugal

«Viva o PSD! Viva Portugal. Viva Portugal! Viva Portugal!»

– Reportagem: Povo Livre. Apoio: Departamento de Audiovisuais do PSD. Outras fontes, “Lusa”, “DN” e “Público”.

Fotos: Luís Saraiva. **Editorial** **É**



DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Évora, para reunir no dia 14 de Maio de 2004, pelas 21h15m, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. XXV Congresso do PSD;
3. Aprovação de Moções;



OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ourém, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2004 (Sábado), pelas 16h30, no Edifício Sede da Junta de Freguesia de N.ª S.ª da Piedade, sito na Praça do Município, n.º 9 – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Apresentação da(s) lista(s);
- 3- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 4- Eleição da Comissão Política de Secção;

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na Sede da JSD/Ourém, sita na Rua Dr.º Carlos Vaz Faria e Almeida, n.º 31 em Ourém.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD de Moscavide, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2004, pelas 18h00, na Sede do PSD de Moscavide, sita Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c Dt.º, em Moscavide, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Secção de Moscavide da JSD;
- 2- Informações;
- 3- Análise da Situação Política Distrital e Nacional.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 23h30. As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da Secção de Moscavide da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO de VALADARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Valadares, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Valadares.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEO de SANTA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Valadares, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Santa Marinha.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEO de MAFAMUDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Mafamude, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Mafamude.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao

Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEO de VILAR do PARAÍSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Vilar do Paraíso, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Vilar do Paraíso.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEO de ARCOZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Arcozele, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Arcozele.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEO de CANIDELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Canidelo, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Freguesia de Canidelo.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de

Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

VILA NOVA de GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto 1 - Eleição da Comissão Política da Secção da JSD de Vila Nova de Gaia;

Ponto 2 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção da JSD de Vila Nova de Gaia.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do 3.º dia útil, anterior ao acto eleitoral

NÚCLEOS de LEÇA da PALMEIRA e LEÇA do BALIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes do Núcleo da JSD de Leça da Palmeira e do Núcleo da JSD de Leça do Balio, para reunir no próximo dia 16 de Junho de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, Matosinhos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleições das Comissões Políticas de Núcleo de Leça da Palmeira e de Leça do Balio da JSD.

NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do dia 13 de Junho de 2004, junto do Presidente da Mesa de Secção da JSD.

A urna funcionará das 21h00 às 22h30.

NÚCLEO de MEINEDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes do Núcleo da JSD-Meinedo, para um Plenário desta Secção, a realizar no próximo dia 12 de Junho de 2004, pelas 14h30m, na Sede da JSD de Meinedo, lugar de Pevidal, Meinedo, Lousada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Órgãos de Núcleo:

1.1. Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
1.2. Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá até às 17h00. Entrega de listas candidatas até às 24h00 do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do Núcleo.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2004, pelas 21h30, na respectiva Sede, sita na Rua do Pinheiro Manso, 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Organização Administrativa da Concelhia;
2- Análise da Situação Política.

AGUALVA-CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos em vigor, convoco o Plenário da Secção de Agualva-Cacém da JSD, para reunir no próximo dia 12 de Junho de 2004, Sábado, pelas 19h00, na Sede da Secção, sita na Av.ª dos Bons Amigos, n.º 37, 1.º C, no Cacém, em Sintra, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política da JSD de Agualva-Cacém;
2- Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Agualva-Cacém;
3- Eleição dos Delegados pela Secção de Agualva-Cacém ao Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

NOTA:

1) As urnas estarão abertas durante um período de 2 (duas) horas;
2) As listas devem ser entregues, e duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa;
3) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

NÚCLEO de CAXARIAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no dia 26 de Junho de 2004, Sábado, pelas 15h30, no n.º 50 da Av.ª 21 de Junho, 2435-087 Caxarias, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Análise da Situação Política;
2- Apresentação da(s) lista(s);
3- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
4- Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na morada acima referida.
As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

AVISO: A presente convocatória anula a pretérita convocação do Plenário do Núcleo Residencial de Caxarias para o dia 22 de Maio publicada no Povo Livre de 28 de Abril de 2004.

NÚCLEO de RIO de COUROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo para reunir no dia 26 de Junho de 2004, Segunda-feira, pelas 19h30, no n.º 61 da Rua Principal, Valongo, 2435-530 Couros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Análise da Situação Política;
2- Apresentação da(s) lista(s);
3- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
4- Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na morada acima referida.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

AVISO: A presente convocatória anula a pretérita convocação do Plenário do Núcleo Residencial de Caxarias para o dia 26 de Maio publicada no Povo Livre de 28 de Abril de 2004.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção a reunir no próximo dia 19 de Junho de 2004, Sábado, pelas 21h00, na Sede do PSD de Vizela, sita na Praça da República, na Freguesia de São João, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
2- Criação do Núcleo da JSD de St.º Adrião;
3- Eleição dos Órgãos dirigentes do referido núcleo;
4- Debate sobre a situação política local, regional e nacional.

NOTA:

As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

As listas de candidatos deverão ser apresentadas, e duplicado, ao Presidente da Mesa da ssembleia Eleitoral respectiva ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede do Órgão respectivo até às 24h00 do dia 15 de Junho.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes da Concelhia de Esposende, para o Plenário de Secção, a reunir no próximo dia 18 de Junho de 2004, Sexta-feira, pelas 18h00, na Sede do PSD, sita na Rua 31 de Janeiro, em Esposende, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleições para os Órgãos Concelhios da JSD de Esposende.

NOTA:

A entrega das listas concorrentes ao acto eleitoral deverá ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A votação decorrerá em urna aberta das 18h00 às 19h30.



Carlos Coelho defende sistemas de asilo mais acessíveis, equitativos e organizados

O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou, no Plenário do Parlamento Europeu, que “desde sempre, e cada vez um maior número de pessoas, procuram melhores oportunidades ou protecção fora do seu país, tentando escapar a perseguições, à guerra, a violações dos direitos humanos, ou simplesmente, à pobreza e desemprego.

De acordo com os Tratados de Amesterdão e de Nice, e tendo em conta os resultados da Cimeira de Tampere, temos vindo a adoptar diversas medidas e instrumentos legais, em relação às 3 diferentes realidades que existem, e que são: os requerentes de asilo, as pessoas temporariamente deslocadas e os imigrantes por razões económicas”.

Para Carlos Coelho, “pode-se dizer que, actualmente, todos os Estados Membros enfrentam uma crise no que diz respeito ao sistema de asilo, originada pela utilização abusiva dos procedimentos de asilo, com um aumento dos fluxos mistos (frequentemente alimentados por redes de traficantes) e que acabam por ter reflexos nefastos que acabam por se manifestar num crescente mal-estar da opinião pública”.



O Deputado social-democrata defendeu ser “fundamental desenvolver, nesta área, uma política que equilibre os 3 aspectos essenciais:

- o respeito da Convenção de Genebra (1951)
- a aspiração legítima de nacionais de países terceiros a procurarem melhores condições de vida
- a capacidade de recepção que cada Estado Membro tem e em paralelo, a União Europeia no seu conjunto.

No cerne desta política equilibrada, sublinhou, estará um quadro comum de medidas legislativas (detalhadamente estabelecidas em Tampere), devendo igualmente ser adoptados procedimentos harmonizados, transparentes, eficientes e rápidos”.

Para Carlos Coelho, porém, “a realidade existente é que embora, se possa dizer que a Comissão elaborou propostas sobre basicamente todos os domínios da política de asilo, referidos nessas conclusões, tendo sido solicitado o parecer do Parlamento, no entanto, passados 5 anos, continuamos a aguardar as decisões do Conselho, que não conseguiu respeitar os prazos fixados pelos Conselhos Europeus de Tampere, Laeken, Sevilha e Salónica.

Tendo sido salientada em Salónica a necessidade de se adoptarem rapidamente as propostas de directiva relativas às normas mínimas no âmbito do asilo e da emigração, ainda pendentes, foi igualmente solicitado à Comissão que explorasse todos os critérios susceptíveis de assegurar que a entrada na União Europeia dessas pessoas que necessitam de protecção internacional se possa processar de uma forma mais ordenada e melhor gerida, bem como que

estudasse a forma como as regiões de origem poderão garantir melhor a segurança dessas pessoas”.

Carlos Coelho salientou ainda que este debate no Plenário do PE “tem por base duas comunicações da Comissão, que embora tenham motivações diferentes, no entanto, abordam as premissas e os objectivos básicos de uma possível nova definição de regimes de asilo, caracterizados por uma melhor gestão, mais acessíveis e equitativos, acrescentando novas vias tendentes a completar a abordagem progressivamente assumida em Tampere”.

Para Carlos Coelho, “para que se possa manter uma abordagem geral e coerente no estabelecimento de uma política europeia comum, em matéria de asilo e imigração, é fundamental que se tenham sempre em conta os seguintes aspectos: a existência de vias legais de emigração, uma política de integração, uma gestão conjunta dos fluxos migratórios, uma intensificação dos controlos nas fronteiras externas, um sistema europeu de asilo, a negociação de acordos de readmissão e uma política comum em matéria de regresso, uma luta eficaz contra o tráfico de seres humanos e contra a imigração clandestina e um apoio às respectivas vítimas”.

PE debate futuro da União alargada Carlos Coelho elogia trabalho do Comissário Vitorino

O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou em Estrasburgo, que “é justo saudar o Comissário António Vitorino pelo trabalho meritório que desenvolveu na área do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e o espírito de colaboração que sempre existiu com o Parlamento Europeu. **Que o reconhecimento do bom trabalho que aqui fez contribua para a assumpção de mais altas responsabilidades na nossa Europa comunitária**”, foram os votos expressos pelo Deputado social democrata.

Participando no debate sobre o futuro da União alargada, após uma declaração da Comissão Europeia sobre a Liberdade e a Segurança dos cidadãos da União, Carlos Coelho começou por sublinhar que, “no passado dia 1 de Maio, a União Europeia entrou numa nova fase histórica, com uma população total de mais de 450 milhões de habitantes, o que dará à União alargada a 25 países, um maior peso político, geográfico e económico.

Será, assim, acrescentou, partilhado um **interesse comum**, não apenas na área da economia e do Mercado Interno mas também **nas responsabilidades face às ameaças à estabilidade e à segurança, que não estão confinadas às fronteiras**. É o caso do terrorismo, do crime organizado, da imigração clandestina, dos tráficos de droga e de seres humanos”.

Para Carlos Coelho, “**a questão do terrorismo é de uma actualidade preocupante** e deve merecer uma prioridade máxima. Trata-se de uma ameaça à segurança, às nossas democracias e aos fundamentos da nossa civilização designadamente o respeito da dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o respeito da lei e o respeito dos direitos humanos.

A União Europeia deve tudo fazer no sentido de proteger os seus cidadãos, reforçar os controlos nas fronteiras externas e a segurança ao nível dos documentos de viagem (com a inclusão de dados biométricos e a própria criação dos Sistema SIS II e VIS)”.

Carlos Coelho sublinhou, porém, “que **este reforço ao nível da segurança terá que estar sempre em perfeito equilíbrio com as outras duas componentes deste nosso espaço europeu, que são a Liberdade e a Justiça**.”

O dia 1 de Maio marcou também uma grande mudança na área da Justiça e dos Assuntos Internos. A partir de agora, passará a vigorar um novo quadro institucional. Na área dos vistos, asilo e emigração passará a aplicar-se a co-decisão com o Parlamento Europeu e a votação por maioria qualificada no Conselho”.

Carlos Coelho terminou fazendo votos para que “o reforço do papel do Parlamento Europeu se traduza em maior eficácia face aos atrasos sucessivos da responsabilidade do Conselho”.

Regina Bastos: Modernizar e simplificar coordenação dos sistemas de segurança social



A Deputada do PSD Regina Bastos defendeu, no Parlamento Europeu, que “é urgente a **modernização e simplificação**” do Regulamento sobre os sistemas de segurança social, “no contexto do alargamento e perante a necessidade de **coordenar os regimes de segurança social dos Estados-Membros de modo a proteger os direitos dos cidadãos** que se deslocam no espaço da União Europeia”.

Para Regina Bastos, “este Regulamento é um progresso essencial que se aplica a todos os cidadãos europeus abrangidos por um regime de segurança social no seu Estado-Membro.

A cobertura é maior, acrescentou a Deputada, aplicando-se este regulamento a todas as pessoas residentes no território de um Estado-Membro do mesmo modo que os seus nacionais, tornando-se também num **importante contributo para a inclusão social**.

Todos os cidadãos têm a garantia de estar protegidos quando circulam nos outros Estados-Membros **evitando as situações de dupla tributação**”.

Regina Bastos considerou que “foi dado um passo essencial com o destaque do princípio de boa administração, permitindo desta forma **umentar a cooperação e a assistência mútua entre as instituições dos Estados-Membros**, bem como a melhoria no tratamento dos pedidos de informação dos cidadãos”.

Torneio de Karts da Secção de Évora: Carlos Coelho dá tiro de Partida

Já se vai enraizando este Grande Prémio de Karts que a concelhia de da JSD/Évora vem organizando, este ano com o oportuno mote: Corrida para a Europa, assinalando o arranque da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu da referida estrutura da JSD.

E com um tema deste calibre, ninguém melhor que o Presidente Honorário da JSD, Carlos Coelho, para abrir as “hostilidades”, após a meia hora de treinos das diversas equipas.

Com efeito, o Eurodeputado deu a partida nesta prova que juntou muitos distritos e secções de todo o País, num total de 24 equipas muito animadas e com bastante espírito desportivo, como é natural na JSD.

O torneio deste ano registou mais equipas que o de 2003, mais distritos representados, bem como mais participantes e mais inscritos para o jantar convivio que se seguiu, num sucesso em toda a linha da organização.

De destacar a equipa vencedora (da CPD/PSD-Évora), e o estimulante 16º lugar da Comissão Política Nacional da JSD, este ano constituída por quatro pesos-pesados do automobilismo português: o Presidente Jorge Nuno Sá, o Deputado Rodrigo Ribeiro, o Director de Relações Internacionais Ricardo Lopes e o Director de Informação Paulo Colaço.

De realçar que na entrega de prémios estiveram algumas personalidades locais, entre elas o Governador Civil de Évora, Dr. Capoulas, e o Candidato ao Parlamento Europeu Nuno da Câmara Pereira, ambos a convite da CPN e da CPS/Évora.

No final teve lugar a um Jantar/Conferência sobre Alargamento Europeu, onde esteve presente o Prof. João de Deus Pinheiro, cabeça-de-lista da Coligação PSD/CDS-PP, “Força Portugal”, evento que já noticiámos na edição anterior.



No Dia da Europa, JSD prepara campanha europeia com Carlos Coelho e Pedro Duarte



Os responsáveis nacionais e distritais da JSD pela organização da campanha eleitoral que se avizinha encontraram-se no passado domingo em Braga, numa sessão de trabalho coordenada por Ana Zita Gomes, Secretária-Geral da JSD.

Este encontro, realizado com a colaboração da CPD/Braga, teve lugar exactamente no Dia da Europa - 9 de Maio – e serviu para acertar estratégias, trocar impressões sobre o actual momento político, tomar conhecimento dos eventos já previstos em alguns distritos e sobretudo ouvir as directivas principais do Director Nacional de Campanha, Carlos Coelho e do candidato da JSD Pedro Duarte.

O Presidente Honorário da JSD, que ora se recandidata ao Parlamento Europeu, deu a conhecer algumas das iniciativas e temas fortes da campanha, bem como a estratégia a seguir nas próximas semanas.

Carlos Coelho, Pedro Duarte e Ana Zita Gomes (na qualidade de Secretária-Geral da JSD mas não esquecendo a o facto de ser igualmente candidata ao Parlamento Europeu) ouviram os líderes distritais e directores de campanha, que apontaram sugestões e deixaram dúvidas e perguntas.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Pedro Duarte, mostrou-se disponível para conciliar a sua agenda com as acções da JSD nacional e distrital, não se furtando a deixar alguns alertas pertinentes para a acção dos estrategas de campanha.

A fechar, Carlos Coelho acolheu algumas propostas e prometeu estudar outras tantas, desejando bom trabalho de campanha a todos os presentes.

Encontros de Sexta-Feira à Noite:

Miguel Frasquilho dá aula sobre Alargamento e Competitividade

A Comissão Política Nacional da JSD, em colaboração com a Distrital de Setúbal, organizou mais um “Encontro de 6ª Feira à Noite” sobre a temática “O Alargamento da UE e a Competitividade” tendo como formador Miguel Frasquilho.

Uma acção que contou com a presença de muitos militantes e simpatizantes que ouviram as razões que levam ao atraso no desenvolvimento estrutural do nosso país, e de que forma podemos lutar para inverter a situação, na certeza de que mais do que mudar leis é fundamental alterar mentalidades, seja no Ensino, na Fiscalidade e sobretudo na forma como definimos e vivemos a Sociedade.

A CPN esteve representada pelo seu Presidente, Jorge Nuno Sá, que na oportunidade realçou o importante papel que a formação específica de quadros tem no seio da JSD, agradecendo a disponibilidade do orador e a colaboração da JSD/Setúbal neste evento.

Relembramos que Miguel Frasquilho desempenhou neste Governo as funções de Secretário de Estado das Finanças e é actualmente Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.



JSD/Açores já em campanha

O companheiro Duarte Freitas, dirigente do PSD/Açores e 7º candidato da Coligação Força Portugal lançou na passada sexta-feira o seu site de campanha, contando com a presença de muitos quadros do partido.

A JSD/Açores fez-se representar em grande número neste acontecimento, realizado em Ponta Delgada, (S. Miguel). A vice-presidente da JSD/Açores, Vera Moniz, referiu que o aparecimento deste site veio contribuir para uma maior proximidade entre o candidato e os açorianos e entre os açorianos e a Europa. “É com orgulho que vemos o Dr. Duarte Freitas lembrar-se da Juventude e de todos os açorianos com o lançamento deste site, pois além de ser um açoriano nascido no seio da JSD, uma vez que foi presidente da Comissão Política de Ilha da JSD/Pico, é um homem que sabe lutar pelos ideais sociais democratas. A JSD deposita toda a confiança e alia-se a Duarte Freitas porque está convicta de que este será o homem que melhor representará os açorianos e será a voz activa de todos aquando a sua permanência no Parlamento Europeu”.

Duarte Freitas orgulhou-se do facto de ter crescido politicamente na JSD pois acredita que foi nesta estrutura partidária que desenvolveu a sua capacidade de intervenção pelas causas de todos os açorianos.

JSD/Aveiro assinala Dia da Europa

No passado dia 9 de Maio, teve lugar no Furadouro (Ovar), um Conselho Distrital Temático da JSD de Aveiro, que contou com a presença da Candidata ao Parlamento Europeu pela Coligação Força Portugal, Regina Bastos.

Esta iniciativa pretendeu assinalar o Dia da Europa, sendo este um dos primeiros momentos de acção para as próximas eleições ao Parlamento Europeu, promovido pela distrital de Aveiro. Esta é uma data cada vez mais importante para todos e a JSD deu assim um sinal inequívoco de apoio a esta recandidatura de Regina Bastos, “para que continue a defender como até agora Portugal e o nosso distrito”, realçou Paulo Cavaleiro, líder da JSD/Aveiro.

Dia da Juventude:

JSD da Graciosa não deixa passar a data despercebida

Para assinalar o Dia Mundial da Juventude, a JSD/Ilha da Graciosa solicitou uma reunião com o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada da Graciosa, para se inteirar das condições de ensino da ilha.

O estabelecimento encontra-se em obras à muito pedidas, mas pais e alunos, professores e funcionários não estão a gostar do rumo das mesmas e a JSD auscultou as sensibilidades locais, exigindo mais atenção das autoridades.

Victor Cruz com a JSD/Faial

Realizou-se no passado dia 16 de Abril na ilha do Faial um mega jantar comício organizado pela Coligação Açores PSD/CDS-PP. No evento estiveram presentes o candidato à Presidência do Governo Regional dos Açores, o companheiro Victor Cruz, o candidato a Deputado ao Parlamento Europeu pelos Açores, Duarte Freitas e ainda o líder da JSD/Açores Berto Cabral, entre outros dirigentes regionais.

No maior jantar alguma vez organizado por uma organização política no Faial, é de salientar a elevada participação dos jovens faialenses nesta iniciativa em que demonstra todo o seu apoio aos projectos apresentados para os próximos actos eleitorais.

Núcleo da JSD/Quinta do Conde em acção:

Boletim e Campanha de divulgação

A JSD da Quinta do Conde esteve no dia 29 de Abril durante toda a manhã, em campanha de divulgação na Escola Michel Giacometti (2,3 + S). A presença da Jota foi bastante notada pelos alunos, tendo sido distribuído muito material da JSD. A aderência foi bastante positiva, a comprová-lo está a inscrição de alguns alunos da Escola na JSD.

Nesse mesmo dia e no mesmo local, a JSD aproveitou para lançar o seu novo Boletim “Os Laranjinhas da Quinta”. O jornal é dirigido à população estudantil da Quinta do Conde e na primeira edição alerta para doença mais problemática dos últimos anos, a Sida. Um tema que a todos diz respeito e ao qual ninguém pode ficar indiferente. “Vamos Informar, prevenir e apoiar”, referia o comunicado da JSD local.

Secção Setúbal em actividade:

Jornal Oficial e Debate na forja

A CPS da JSD/Setúbal lança em breve o “Contexto”, o seu boletim informativo. Aguarda-se para dia 7 de Maio esta iniciativa, bem como 3 de Maio, pelas 21 horas, na sua sede, um debate sobre a democracia portuguesa.

“30 Anos de Democracia, 30 Anos de PPD/PSD” é o nome de um colóquio que terá como oradores António Pinto Leite, Vice-Presidente da CPN/PSD, e Paulo Valdez, Presidente da CPS/PSD-Setúbal.

O maior «interface» do País inaugurado no Cais do Sodré



O novo terminal fluvial do Cais do Sodré, que integra o maior interface de transportes públicos do país, reunindo estações de barco, comboio, metro, autocarros e eléctricos na mesma zona foi inaugurado no princípio da semana pelo Primeiro-Ministro, que estava acompanhado pelo presidente da Câmara de Lisboa, por José Arantes, Secretário de Estado Adjunto e altos funcionários ligados ao sector.

O terminal tem três pontões, três salas de espera com vista sobre o rio Tejo, bilheteiras e cafetaria, situando-se no piso superior os serviços administrativos da Transtejo e da Soflusa e o edifício destaca-se pelas suas linhas horizontais e fachadas em vidro nas frentes do rio e da cidade, assemelhando-se aos armazéns da zona ribeirinha.

O novo terminal custou 12 milhões de euros e está integrado no complexo multimodal do Cais do Sodré, que começou a ser construído em 1992 em torno da estação ferroviária já existente e que inclui, desde 1998, a estação de metro.

Na mesma ocasião, entrou também ao serviço a nova frota de nove catamarãs do grupo Transtejo, na ligação Barreiro-Lisboa, representando um investimento de 50 milhões de euros e com capacidade para 600 passageiros sentados. Os catamarãs permitirão reduzir o percurso Barreiro-Lisboa de 30 para 20 minutos, com níveis de ruído e de vibração muito inferiores aos antigos, sendo também mais fáceis de manobrar, segundo a empresa. A carreira Barreiro-Lisboa transporta cerca de 40 mil passageiros por

dia em 130 travessias, num total de 11 milhões de passageiros anuais.

Durante a cerimónia de inauguração do novo terminal, o Primeiro-Ministro, que fez um breve percurso no Tejo, chegando a estar aos comandos de pilotagem do catamarã, considerou que a partir de hoje “as duas margens do Tejo ficam mais próximas”, defendendo que o rio deve “perder o seu efeito de barreira e passar a assumir um papel cada vez mais de união entre os núcleos urbanos” da Área Metropolitana de Lisboa.

Para tal, é necessário o desenvolvimento dos transportes públicos, defendeu Durão Barroso, acrescentando que o Governo tem uma “visão complementar e articulada dos diferentes meios de transportes, essenciais à construção de um verdadeiro sistema de transportes”.

Sublinhando que a complementaridade e a intermodalidade permitem “prestar melhor serviço às populações e servir de alternativa credível ao transporte individual”, o primeiro-ministro considera que tal será possível no novo nó de transportes do Cais do Sodré.

Elogiando a renovação da frota de navios da Transtejo, Durão Barroso considerou que o esforço de investimento “é vultuoso, mas compensador”, permitindo um maior conforto e rapidez na travessia do Tejo e trazendo vantagens para as pessoas, com mais tempo para o trabalho, para a família e para o lazer, bem como um aumento da competitividade da Área Metropolitana de Lisboa.



O maior Partido de Portugal

A História de Portugal livre e democrático destes últimos anos é indissociável da história do PPD-PSD.

Trinta anos vividos intensamente, com capacidade reformista, marcados por um posicionamento político que se situa no caminho do progresso, da justiça social e do desenvolvimento, recusando sempre conservadorismos reveladores de falta de maleabilidade de espírito e de ideias, sejam esses conservadorismos de esquerda ou de direita. É este PPD-PSD, inconformado, não rendido e como prova a História, sempre disposto a assumir as suas responsabilidades nacionais, mesmo nos momentos mais difíceis e de maior turbulência económica e social.

É um Partido que nunca virou a cara ao País, que nunca disse a Portugal que não estava disponível, que nunca se escondeu quando os Portugueses o chamaram à governação.

Nestes 30 anos de liberdade e democracia o progresso em todas as áreas é inquestionável. O PPD-PSD deu um forte e decisivo contributo para que esse desenvolvimento acontecesse. Sem eleitoralismos fáceis, sem demagogias ou virtualidades, seguindo sempre, como diz o próprio hino, «**O caminho da verdade**».

É momento de fazer a festa mas é também o momento de pensar o futuro com realismo e com a ambição que nos caracteriza.

É altura também de lembrar Francisco Sá Carneiro, de ter presente o seu exemplo, a sua coragem e determinação. O PPD-PSD tem os olhos postos no futuro mas sempre com a memória de quem se orgulha da sua História. Por isso somos o maior Partido de Portugal.

